

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: CONFEMA, 25 de outubro de 2013, 9h20. Expediente: aprovação da ata da octogésima terceira reunião ordinária do CONFEMA. Alguma manifestação sobre a ata? Podemos por para votação? Os Conselheiros favoráveis a aprovação da ATA, permaneçam como estão. Aprovada a ata por unanimidade. Vamos ao item 2. Sugestões de inclusão de pauta. Algum conselheiro gostaria de fazer alguma inclusão de pauta?

Cons. Alexandre: Alexandre. Eu não tenho exatamente uma inclusão de pauta, mas seria uma dúvida sobre o procedimento. Talvez ao final. Mais uma pergunta de esclarecimento que estava... o pessoal da comunidade estava perguntando sobre os projetos, pode ser ao final?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Pode ser. Pode ser. No final, você me lembra, eu lhe passo a palavra. Ordem do dia: passo ao Rubens. Ah, desculpe. É verdade. Apresentação da Conselheira Bianca, sobre o orçamento da cidade de São Paulo. Desculpa, Bianca. É apresentação sobre o funcionamento do orçamento da prefeitura municipal de São Paulo. Conselheira representante do SEMPLA, Bianca Rolim de Arruda Rocha.

Cons. Bianca: Bom dia a todos. Como proposto na última reunião, a gente vai tentar fazer uma explicaçãozinha breve aí, sobre o que é orçamento. Apesar de ter a formalidade do Power Point, queria mais que fosse uma conversa, então eu queria deixar um pouco aberto. Vocês podem me interromper ao longo da apresentação. A única coisa que eu peço é que sejam perguntas de dúvidas conceituais. Se a gente quiser fazer um debate mais político, sobre questionamentos de como se dão as coisas, a gente faz ao final, para conseguir dar andamento na apresentação e que todos consigam entender os conceitos básicos do orçamento. E aí, se eu achar que não está dentro dessa conceituação, eu vou pedir para responder depois, está bom? Então, essa aqui é uma explicaçãozinha básica. Eu não sou especialista em orçamento. Eu sou da coordenadoria de planejamento. A gente que faz o PPA, a gente faz o instrumento de planejamento, mas a gente tem um conhecimento breve de orçamento e eu espero conseguir ajudar com o que eu sei, para vocês poderem se inteirar mais do modo que as coisas funcionam. Então, o que é o orçamento municipal? Orçamento municipal é uma peça, é um instrumento que prevê receitas e fixa a despesa. Ou seja, é todo o planejamento de quanto a prefeitura vai ganhar de dinheiro, entre muitas aspas, e quanto ela pretende gastar. É um planejamento. O que é receita? Receita é aquilo que entra de dinheiro para a prefeitura. Falando em uma terminologia mais conceitual, é a arrecadação administrativa municipal inscrita no orçamento. É a entrada de recursos provenientes de arrecadação de impostos, entre outras coisas, e o ingresso de recursos não previstos. Que a gente vai ver que no PPA a gente faz uma previsão de receita. E aí, o Denny, se quiser me interromper, fica à vontade a qualquer momento. E a previsão, ela pode ser cumprida. Aquela previsão, ela pode estar correta. Ela pode ser menor, como ela pode superar, também. Então têm vários modos da prefeitura arrecadar dinheiro. Mas basicamente receita é isso. Receita é o dinheiro que a prefeitura terá para poder gerenciar tudo que ela precisa. Esse dinheiro pode entrar de lugares diferentes. Então, o que é fonte? Fonte é como uma palavra qualquer, origem dessa receita. Então a receita é dinheiro que a prefeitura tem. Logo, a fonte é o

recurso, é a origem, a procedência do recurso. Da onde vem esse dinheiro que nós vamos utilizar para a prefeitura. Existem vários tipos de fonte. Fonte 00, fonte 02, o Fundo é uma fonte 08, como a gente vai ver mais para frente, e esse dinheiro, portanto, pode vir de vários lugares diferentes. A fonte, ela pode vir através de arrecadação de impostos direto ao município, que é o Tesouro Municipal, ela pode vir do governo federal, através de PAC, através de outros meios como transferências federais, e o governo estadual, de transferências, e outras fontes. Aqui a gente tem uma previsão do quadriênio de 2014 a 2017, que a gente retirou isso do PPA. Então essa daqui é uma previsão de receita. Esse aqui é o que a gente espera, através de estudos que o pessoal de finanças fez, que a gente acha que a gente vai conseguir arrecadar. Lembrando que isso pode se confirmar, como pode superar, como pode ser menor. Então a gente espera que em 2014, a gente receba do Tesouro Municipal, ou seja, são fontes de impostos, IPTU, impostos de serviços, vários impostos que vêm diretamente para a gente. A gente acha que a gente, em 2014, arrecada 31 bilhões. Na transferência federal, a gente tem uma estimativa aí, de 8 bi, mais ou menos.

Sônia Hamburger: (fala sem microfone) no orçamento do município, que vai para a Câmara, que vai aparecer é só esses 31 bilhões?

Cons. Bianca: Não, não. É tudo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, fale no microfone e se identifique, por favor.

Sônia: Sônia, da Comunidade do Morro do Querosene. Eu estou perguntando sobre a interação do orçamento de SVMA com o orçamento do município como um todo. Esse orçamento, ele vai para a Câmara, então o número que vai para a Câmara é o número total, de todas as transferências, tal, ou só o número da receita orçamentária, mesmo?

Cons. Bianca: Sim, sim. É o total. Então, a gente vai... Mais para frente, eu vou mostrar para vocês aqui. Na verdade, não se preocupem em entender muito, porque a gente vai explicar quais são os instrumentos de orçamento. Que esse, inclusive, é um dos instrumentos, que é o PPA. Mas na verdade, a LOA, que é uma lei de orçamento anual, ela vem com 50 bi que está aqui embaixo.

(fala sem microfone)

Cons. Bianca: É 50 bi.

Cons. Alexandre: Bianca, por exemplo, o fundo estaria ali no 08, Tesouro Municipal, Recursos Vinculados?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, se identifique.

Cons. Alexandre: Alexandre.

Cons. Bianca: É isso mesmo, Alexandre. O fundo, ele entra como fonte 08, Tesouro Municipal, Recursos Vinculados. Então ele representa aí, dos 50 bi, são 3 bi de fundo que a prefeitura ao total, tem. Mas assim, isso vai ficar mais claro. Eu prometo. Acho

que é só isso que tem nesse slide, para a gente, de interessante. Aqui são mais ou menos os grandes recursos. Então o recurso do Tesouro Municipal, que é aquele que vem diretamente da arrecadação do município, que é a fonte 00. É importante vocês saberem esses números. Fonte 00, Tesouro Municipal. Fonte 08 é o recurso municipal, é o Tesouro Municipal, Recursos Vinculados que vem da prefeitura. Aí, do estado, a gente tem a fonte 03, que é transferência estadual, e a fonte 02 são os recursos federais que em maioria... acho que no momento a gente tem vindo através de PAC, é o Programa de Aceleração do... Então, já que a gente está falando de FEMA, vamos exemplificar com aquilo que a gente conhece. Então, o que é fonte 08? Fonte 08 é o Tesouro Municipal, então é o dinheiro que vêm para a prefeitura, que vem diretamente da prefeitura, que é o recurso vinculado. O que é um recurso vinculado? Recurso vinculado é aquela receita, aquele dinheiro que vem arrecadado com destinação específica estabelecida na legislação vigente através de fundo. Isso está claro para todo mundo? Então aqui, a gente exemplificou os fundos que a prefeitura tem. Que a gente tem Fundo Municipal de Despesa da Câmara, a gente tem do Tribunal de Contas, o da Saúde. O da Educação, se não me engano não está aqui, porque o da Educação é fundo especial. Ele tem todas suas particularidades, ele é muito importante. O valor dele é razoavelmente alto, enfim. E aí a gente tem aqui que o Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que é o número 94, tem uma previsão, lembrando que é uma previsão de receita de 174 milhões. Para 2015, espera-se 198. 2016, 228 milhões, e 2017, 263. Apesar desses números parecerem baixos, ele é o 6º maior fundo do município de São Paulo. Outra coisa também, todos esses... É uma diretriz da... Um dos motivos que eu estou aqui, vocês podem ver, chama Planeja Sampa. Isso aqui é o conceito, para fora, que a Secretaria de Planejamento tem. Então uma das diretrizes nossas é transparência, participação e planejamento. Isso daqui tudo está no site da prefeitura, através do PPA, e é, inclusive, uma indicação de leitura que eu faço. Os anexos do PPA. São anexos bem interessantes para a gente entender isso. Então, isso daqui tem tudo no site. Se vocês quiserem depois, o link, eu posso passar para vocês. Mas não se preocupem, que isso daqui tem. Eu posso mandar isso por e-mail.

Cons. Cristina Antunes: Cristina Antunes, Ciranda. Bianca, eu queria perguntar sobre essa previsão. A previsão é feita com base nos anos anteriores? Quais são os indicadores para você fazer essa previsão?

Elaine: Bom dia. Eu sou a Elaine. Eu trabalho com a Bianca, na SEMPLA, na Coordenadoria do Planejamento. Bom, a previsão, ela é feita com base no índice que é apresentado pela Secretaria de Finanças. Então a gente faz a previsão do exercício de 2015 em cima de 2014, com um índice de cinco vírgula... desculpe, mas eu não lembro agora, mas é cinco vírgula alguma coisa. Então é sempre em cima do ano anterior. São sempre com bases, realmente, que nem com o gasto do ano passado... desse ano, ainda, de 2013, com uma previsão. Sempre corrigido pela inflação, que é um índice que a Secretaria de Finanças trabalha. Então foi com base nesse índice que a gente trabalhou a previsão dos anos de 2015, 2016 e 2017.

Cons. Cecília: Cecília, do Morro do Querosene. O índice de 5 alguma coisa, em cima do efetivamente gasto, e não da previsão do ano anterior? Já corrigido? Do que foi efetivamente...

Elaine: Isso. A arrecadação do ano anterior.

Cons. Cecília: E não da previsão de arrecadação. É do efetivamente... Então você não pode, ainda, fazer de 2016. Se você não tem o que é efetivamente arrecadado em 2014, como é que você vai fazer a previsão de 2015?

Denny: Eu sou Denny, Secretaria de Finanças. Com relação aos valores de 2014, a gente faz realmente uma previsão, só que a gente não consegue fazer sobre o valor arrecadado. Então os valores de 2015, 2016, 2017, são sempre feito em cima de uma previsão.

Cons. Cecília: Mas o de 2014 é sobre o valor arrecadado em 2013?

Denny: É que a gente não tem o valor final arrecadado. Que o ano de 2013 não acabou, ainda. Então a gente consegue fazer uma previsão de 2013, em cima do valor realizado de 2012, e a partir dos próximos anos, a gente faz sempre em relação ao exercício anterior.

Cons. Cristina Antunes: Eu queria saber então, qual é a avaliação que é feita posteriormente. Quer dizer, qual é o erro. Com que margem de erro a gente está trabalhando a cada ano? Vocês devem ter, então, a história desses anos, para a gente poder ter essa avaliação.

Cons. Bianca: Eu pretendia entrar nessa parte mais para a frente. Mas só para... Assim, planejamento... Planejar é prever. Você não consegue fazer nada, se você não prevê. Então a gente precisa dessa previsão, e a gente precisa que ela seja minimamente segura para a gente conseguir se planejar a longo prazo. Então ele é de 2014 a 2017. 2017 então é o próximo governo. Certo? Para você dar uma continuidade. Então assim, a partir da... Assim, a gente precisa se planejar, então a gente precisa fazer essa previsão. Em relação ao erro, às correções, todos os anos existem. A Lei de Diretriz Orçamentária, que vai para a Câmara no início do ano, que ela diz a diretriz daquele ano, e existe também, que na verdade é a principal ferramenta do orçamento, talvez, eu diria, que seja a LOA, que é a lei de orçamento anual, que corrige tudo isso. Então, para você trabalhar com planejamento, você precisa prever, e o tempo todo você precisa se reavaliar. Então isso acontece. É um processo natural do planejamento, entendeu?

Cons. Cristina Antunes: Eu vou ter que pedir desculpas, viu Bianca, que eu vou ter que ir embora agora às 10h00.

Cons. Bianca: Ah, que pena.

Cons. Cristina Antunes: Pois é, uma lástima mesmo. Hoje as coisas complicaram. Eu queria entender... Eu talvez esteja atropelando, mas é porque eu vou ter que ir embora. Todos os anos, quando se começa a elaborar o orçamento, se solicita às subprefeituras que apresentem uma proposta de orçamento. Este ano, surpreendentemente, não houve audiências públicas para discutir isso junto com a comunidade. Então duas perguntas: primeiro, por que não houve essas audiências? E segundo, por que, invariavelmente, todos os anos, a prefeitura manda uma proposta

orçamentária, que é cortada por dois ou por três, quando chega na Secretaria? Então este ano, por exemplo, nosso subprefeito solicitou perto de 70 milhões/ano. Quer dizer, era a demanda que ele precisaria fazer para o ano. Cortaram, imediatamente, para quarenta e alguma coisa, e cortaram para vinte e oito. É pouco claro, para mim, qual é o critério. Quer dizer, estes são indicadores. O subprefeito tem os indicadores do que ele vai ter que cumprir no ano, porque no nível da subprefeitura, com a pouca autonomia que as subprefeituras têm hoje, isso pouco muda. Entendeu? Então é previsível, com muito mais segurança, do que você fazer uma suposição de para quanto a Câmara vai aprovar o IPTU, para quanto que vai ser a arrecadação, como vão ser os recursos de todo mundo, que vai entrar com recurso por conta do aumento do IPTU. Na subprefeitura, essa previsão é muito... é uma previsão, sim. Mas é muito mais precisa do que no grande leque da subprefeitura como um todo. Então a pergunta é assim: qual é o critério para efetuar esses cortes tão drásticos em cima de uma peça que é muito mais precisa, uma solicitação que é muito mais precisa do que o grande leque da prefeitura como um todo?

Cons. Bianca: Sim. Inclusive, essa é uma... Na minha opinião, talvez, seja uma das principais coisas que é interessante mostrar para vocês. Adiantando um pouco por causa da Conselheira, mas é o seguinte: esse daqui é a previsão de orçamento para 2014. Então a gente tem o orçamento de 50 bilhões. Desses 50 bilhões, a gente tem 6,4, por causa da lei de responsabilidade fiscal, a gente só pode trabalhar “livremente” com 10 bilhões. Então o único dinheiro que nos resta, para a gente conseguir distribuir ao longo da prefeitura, são 10 bilhões. Que dá 20%. Então a gente, obrigatoriamente, tem que trabalhar com o pessoal, que é 6,7 bi. 8,4 é o que foi para a Saúde. 12,5 é o que foi para a educação. 6 é dívidas e precatórios. E 6,4 é o programa de metas... aquele 0,8... com PAC. 6,4, então, é o dinheiro que vai vir do governo federal mais a contrapartida. Que para a gente receber dinheiro do governo federal, a gente tem que dar uma contrapartida no investimento que a gente faz aqui na prefeitura. Então, de todo esse valor de 50 bi, a gente só pode trabalhar e distribuir pela manutenção da prefeitura, com 10. Desses 10, naquela segunda pizza, a gente pode ver que as subprefeituras... a gente tem para as subprefeituras, 1,1 bi. Para nós, aqui, nós, do meio ambiente, para Assistência, Cultura, Esporte, Direitos Humanos, Acessibilidade, Verde e Meio Ambiente, a gente tem 1,4. Então, é muito difícil trabalhar com esses números. Por mais que a despesa, ela seja contínua, a receita não é. A receita muda. A receita varia. A gente tem que trabalhar com esses números. Então, se você perceber o que as subprefeituras e a coordenação... o que é repassado para elas, não é um valor pequeno.

Cons. Cristina Antunes: Vou insistir então, naquela questão: quais são os indicadores para por exemplo, deixar tão pouco dinheiro para áreas fundamentais, como Assistência, Cultura, Esportes, Direitos Humanos, Acessibilidade, e deixar tanto para outros itens disso daqui. Isso daqui é uma definição política. Quer dizer, obviamente, tem uma determinação política por trás de qualquer orçamento.

Cons. Bianca: Então, as questões políticas, eu não tenho como esclarecer.

Cons. Cristina Antunes: Não. O que eu quero saber é o indicador.

Cons. Bianca: Porque aqui eu estou explicando o orçamento.

Cons. Cristina Antunes: Eu pergunto é o indicador.

Cons. Bianca: Existe um indicador, Denny? Acho que não existe um indicador.

Cons. Cristina Antunes: O planejamento é feito sem indicadores? Qual é a situação da cidade, onde é que tem mais demanda...

Cons. Bianca: Porque isso daqui é diferente de planejamento. Isso daqui são decisões. E as decisões não passam, exatamente, por planejamento, entendeu? São questões mais complicadas.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só na política administrativa, é o seguinte: toda Secretaria, ela faz o seu planejamento dentro da situação, do que cabe a ela na cidade, no município, e apresenta, e faz a sugestão do que ela precisa. Não é que ela vai ser atendida no que ela precisa, que é aquilo que a senhora falou antes: a gente fala um valor e esse valor é cortado. Mas é feito por cada Secretaria.

Cons. Bianca: Ok? Então eu vou retornar, depois a gente volta para esse slide, está bom? Então a gente estava aqui. Então a gente falou aqui um pouquinho dos fundos. Fundos que a gente tem aqui em São Paulo, tirando o Fundo de Educação. E aí, o fundo do FEMA é o 6º maior fundo do município de São Paulo. A receita do FEMA, de acordo com a lei 14.887, ela vem através... Assim, o dinheiro que vem do FEMA... O FEMA é uma fonte de recursos, mas esse dinheiro entra na fonte através de Termos de Compensação Ambiental, multa por falta de inspeção veicular, receitas correntes e crédito de carbono. Aí, isso que a Laressa pode ajudar a explicar, para a gente, depois.

Cons. Alexandre: Bianca, receitas correntes, no caso do FEMA, seriam o quê?

Cons. Bianca: Você quer responder, Laressa?

Laressa: Bom dia a todos. Meu nome é Laressa. Eu trabalho no Departamento de Contabilidade do Verde e Meio Ambiente. Só para esclarecer a dúvida, as receitas correntes do FEMA, elas são provindas, por exemplo, de DAMSPs, de recolhimento de DAMSPs. Teve um curso na Escola de Jardinagem, o munícipe pagou, esse valor vem para o FEMA. Tivemos uma multa de infração ambiental. Esse valor é uma receita corrente, vem para o FEMA. Então são receitas advindas de preços públicos, que são publicados, esses preços públicos, geralmente em dezembro. Sai no Diário Oficial dizendo que cada item vai custar. E o recolhimento dele vem para o FEMA através da Secretaria de Finanças.

(fala sem microfone)

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por favor, quando fizer interferências sempre use o microfone e fale o nome.

Laressa: Sim. Termo de uso também. Se uma empresa precisa utilizar o Parque do Ibirapuera, por exemplo, é cobrado o termo de uso, mas também publicado esse valor,

esse índice no Diário Oficial. Então é um valor fidedigno, que ele é utilizado também para as áreas do FEMA.

Cons. Alexandre: Só mais uma questão: a previsão, então, de orçamento para o FEMA 2014 é 174 milhões. Queria saber só qual é a previsão do orçamento da Secretaria do Verde, 2014?

Cons. Bianca: Eu pesquisei isso, mas só pesquisei para 2014. A despesa de 2014, prevista, está de 200 milhões. E a previsão de arrecadação é 174. Então, é um valor razoavelmente... Cecília, eu posso te pedir um favor? Só porque já são quase 10 horas, e a Laressa tem que falar. Se a gente puder... Se você puder anotar, a gente fazer de uma vez só...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Anota para falar no final, de uma vez só.

Cons. Bianca: Se a gente conseguir dar uma acelerada. Eu queria deixar mais aberto, mas é que o... assim como a receita, o tempo também é limitado. Então aqui a gente tem uma pizza dos fundos que a gente tem aqui na prefeitura de São Paulo. E esse fundo aqui, com o quadrinho puxado, é o FEMA, com a previsão de arrecadação de 2014, 174; 2015, 198; 2016, 228; e 2017, 263 milhões. Percebam que perto do fundo municipal de saúde, ele parece pequeno, mas é que saúde tem uma relevância, tem uma série de leis, uma regulação mais fixa, que tem que garantir isso daí. Então apesar dele parecer pequeno, ele é o 6º maior fundo de São Paulo. Assim como existem os recursos vinculados, que são aqueles com destinação específica, a gente tem também os não vinculados. Que é a receita arrecadada sem vinculação, que são as transferências de estado, distrito federal, município e assim por diante. Só para mostrar que têm os vinculados e os não vinculados. Só para deixar bem claro. A gente já falou de receita. A gente já falou de quanto a gente vai ter que trabalhar de dinheiro. E agora a gente vai falar sobre o que a gente precisa gastar. Então despesa orçamentária é aquela executada por entidades públicas e depende de autorização legislativa para sua realização. Por exemplo, passar pela Câmara. Isso significa passar pela Câmara. Todos os anos acontecem através da lei orçamentária anual, e também ela pode vir através de créditos adicionais, são coisas que não estavam previstas. Então é o conjunto de gastos realizados pelos entes públicos, para funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Ou seja, é quanto se gasta e com o que se gasta, dentro da prefeitura. É basicamente isso. É muito importante para a gente, até porque a gente tem toda uma discussão do fundo especial, do que é projeto, do que é atividade, e que a gente começou a discutir na última reunião. Então, despesa corrente, o planejamento chama de atividade, são todas aquelas despesas para manutenção e funcionamento dos serviços públicos em geral. São despesas que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de bens de capital. Ou seja, é para manutenção da máquina pública. É aquela coisa que precisa acontecer para as coisas darem andamento, para as coisas funcionarem. Por outro lado, a gente tem as despesas de capital. Que são todas as despesas que contribuirão para a produção ou geração de novos bens, aqui entende-se como investimentos, novos equipamentos, novos parques, novos tudo, ou serviços que integrarão o patrimônio público. Ou seja, contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital. Uma despesa de capital, ela pode gerar ou não uma despesa decorrente. Por exemplo,

uma despesa de capital que não gera uma despesa corrente: bolsa. Você vai, dá tantas bolsa cultura, bolsa alguma coisa. A partir do momento que você parou de dá-las, elas não têm custeio decorrente, que é o que a gente chama de despesa decorrente também a gente pode chamar de custeio decorrente. Por outro lado, a implementação de novo equipamento necessariamente gera uma despesa corrente que é toda discussão que a gente estava fazendo na reunião passada, para configurar o ciclo orçamentário, para ver o que a gente faz em relação ao dinheiro do FEMA, versus dinheiro da Secretaria, que a gente tem gasto. Então, para a gente conseguir fazer... Como isso se concretiza? Então, o processo orçamentário no município de São Paulo, configura-se em quatro instrumentos de planejamento e orçamento. Um deles é o programa de metas, que vocês já devem ter ouvido falar por aí. Que é de 2013 a 2016. Tem o plano plurianual, das ações. Que é aquele que eu tinha mostrado das fontes, que é 2014 a 2017. A lei de diretrizes orçamentárias, que acontece todo ano, que vai para a Câmara dia 30 de setembro. Não, perdão. Lei de diretrizes vai ao início do ano, em abril. E a lei orçamentária anual vai em setembro. Inclusive, é muito interessante que a lei de diretrizes, ela, literalmente, ela dá diretrizes. E ela pode ser corrigida pela lei orçamentária, de acordo com a conjuntura do ano, que a lei orçamentária vai ao final. Então a gente dá um parâmetro daquilo que a gente pretende, quais são as prioridades, e se alguma coisa mudar, a gente consegue corrigir na LOA. Então só para vocês entenderem, o programa de metas, ele é de 2013 a 2016. Então, como que foi feito este ano, na prefeitura de São Paulo? A prefeitura de São Paulo, obrigatoriamente, tem que entregar o programa de metas nos primeiros três meses do mandato. Então nós somos “obrigados” a planejar tudo o que a gente vai fazer no mandato. Logo, quando a gente realiza... É que quando a gente vai fazer o PPA, a gente sabe o que a gente quer de 2014 para 2016 em relação à despesa. E aí a gente faz uma previsão de gastos de manutenção, inclusive de investimentos, extrapolação do programa de metas, enfim, para 2017. Então o PPA, que é o programa plurianual, ele é baseado no programa de metas. E isso faz muito sentido. Porque ele nem sempre foi assim. Por outro lado, todo ano é lançado uma LDO, que é a lei de diretrizes orçamentárias, e a LOA, que é a lei orçamentária anual, que a LOA é a que fixa mesmo as despesas. Então todo ano a gente tem esse conjunto. Então no momento, a gente ainda está no outro PPA, de 2010-2013. Então, todo dinheiro que a gente tem já está fixado da última vez. Então é sempre muito difícil, para um primeiro ano de governo conseguir fazer alguma coisa, porque o dinheiro já foi fixado no ano anterior. E é justamente para isso. Para dar uma continuidade. Para não haver essa quebra, essa ruptura brusca entre um mandato e outro, que não é... tudo é um favorecimento de marcas, enfim. Para a gente não ter isso. Isso está claro, gente? Vocês entendem os anos? Sim? Então o que é programa de metas? É aquela lei orgânica que pede para a gente fazer o planejamento dos próximos 4 anos nos 3 primeiros meses. Apresenta as prioridades de governo nos próximos 4 anos. São as metas quantitativas e regionalizadas. O que a gente vai fazer para cada região, e quantitativamente. E ela reflete o programa de governo do prefeito. O plano plurianual de ações, que é de 2014 a 2017, é o nosso principal instrumento de previsão. Ele traz toda uma orientação estratégica de como a gente quer trabalhar nesses anos, prioridades, metas do governo, traduzidos em programas e ações. Programas como Programa do Meio Ambiente, Programa da Saúde, Programa de Educação, e as ações que a gente vai fazer, o que realmente vai ser feito. Então vai construir alguma coisa, têm as ações de

manutenção, tem a manutenção da creche, então isso são as ações. Apresento as despesas de capital, e de custeio decorrente. Então é aquilo que a gente quer fazer de novo, e aquilo que a gente tem que fazer para manter aquilo que já está feito. Ele é enviado até o dia 30 de setembro do primeiro ano de governo. E vale para os três últimos anos de gestão, e o primeiro do ano seguinte. A lei de diretrizes orçamentárias, que ela dá uma definição da organização, da lei orçamentária anual, que vai definir exatamente o que a gente pretende gastar. Acho que não tem nada aqui de interessante, além daquilo que a gente falou. Apresenta as metas físicas, é importante falar isso. Que apresenta as metas físicas, ou seja, lá é o que de fato vai ser feito. A lei orçamentária anual passa por um processo de elaboração daquele que a Cristina falou, de mandar para as Secretarias, para elas falarem para a gente quais são as despesas. Aí, baseado na receita, a gente define e fixa as despesas. As fontes de recursos variam. Tem as vinculações constitucionais, como da Saúde, da Educação. Tem a execução orçamentária. Como vai acontecer desde o momento que você tem o dinheiro reservado, até o momento que você faz o empenho, faz a liquidação, e o pagamento final daquela ação. Ah, ele também tem várias instituições de controle, não só como a Câmara, mas Conselhos, enfim. A elaboração da LOA é feita através da Secretaria de Finanças, que faz a previsão da receita. A Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, que ela define as despesas obrigatórias que é aquela que a Cristina estava falando. E as demandas da população, via programa de metas. Então o programa de metas define quais são os principais investimentos. A população está pedindo creche em tal região. Então a gente faz toda uma audiência, talvez seja por causa disso que as subprefeituras não fizeram. Eu não tenho conhecimento de subprefeitura.

Elaine: E o que a Cristina havia perguntado e ela já até se foi, é que no programa de metas em abril, nós realizamos as 35 audiências públicas. E nesse momento, a gente abriu para a população, a participação e foram incorporadas algumas sugestões, foram quase 10 mil sugestões. E muitas delas já estavam contempladas no programa de metas. Outras foram incorporadas. Naquele momento, em abril, nós tínhamos 100 metas. Depois de abril, depois dessas audiências, foram 123 metas, hoje, ao total. Que estão hoje, integradas ao PPA. Fazem parte da LOA de 2014, e foi objeto de diretriz da LDO deste ano, para 2014. Então assim, o momento que aconteceram as audiências para discutir o planejamento, o orçamento da cidade, já iniciou no programa de metas em abril mesmo. Em agosto, nós tivemos uma devolutiva sobre essas incorporações, e abrimos mais um canal de participação, que era uma votação sobre a priorização das metas para 2014. Agora em novembro, hoje, essa semana já começaram as audiências regionais para discussão do planejamento, e do orçamento de 2014. Então já está ocorrendo essa parte da participação. As audiências públicas já estão ocorrendo. E é mais um canal, é mais uma via, e o Planeja Sampa configura muito essa diretriz da gestão, de ser uma gestão democrática, participativa. E transparente também. Então, as audiências ocorreram, e foram através do programa de metas, e foram incorporadas e vão continuar sempre.

Cons. Bianca: Mas eu não sei até que ponto. Assim, para fazer as despesas obrigatórias, eu não sei até que ponto a população é chamada. Porque são despesas obrigatórias. Não tem muito que se discutir. Você tem que tirar o lixo, tem que tirar o lixo. Então, eu não sei como é que foi feito isso. Mas teve uma série de audiências. Deu bastante trabalho, sistematizar 10 mil sugestões. Foram sugestões faladas, escritas. A

gente tem que entender o que as pessoas estão tentando dizer para a gente, o que é um processo difícil. Mas houve todo esse esforço. Existe um banco de dados muito grande sobre as audiências. A elaboração da LOA é descentralizada porque cada unidade administrativa, ou seja, cada Secretaria diz para a gente o que ela quer gastar. Então tem aquela pizza que eu tinha falado anteriormente, que apesar de parecer bastante, a gente tem 30 bi, 31 bi de arrecadação do tesouro, mas para vocês verem o quanto que a gente pode, de fato, distribuir de acordo com as nossas despesas reais da prefeitura. Então são apenas 10 bilhões. Aí não sei. Alguém tem alguma pergunta, vocês querem adentrar nesse assunto? Vocês já tinham entendido anteriormente? Então assim, por causa da lei de responsabilidade fiscal, a gente trabalha... tem uma pequena parte que não é vinculada. Para todas as Secretarias são 1,4 bilhões que a gente trabalha. Então assim, a gente tem que dividir 1,4 bilhões com as outras Secretarias. Lembrando que o fundo tem 174 milhões... Tem não. A previsão de receita é de 174 milhões para 2014. E a despesa calculada do orçamento da Secretaria é de 200. Aqui são as despesas obrigatórias constitucionais, ali são as despesas discricionárias, que a gente consegue distribuir.

Cons. Cecília: Já pode fazer pergunta?

Cons. Bianca: Só um minutinho, Cecília. Aqui, só para finalizar, existe uma coisa que a gente também vai ter que começar a realizar que é a execução orçamentária, que é o monitoramento das ações. Então assim, no primeiro mandato, foi criada uma junta orçamentária financeira, que é composta por pessoas da Secretaria de Finanças, de Planejamento, Secretaria de Governo, para trabalhar de forma bem responsável esse orçamento, e definir quais são as prioridades do governo, de acordo com... Assim, enquanto o carro anda, você precisa continuar conversando. Não é só parar em um momento, prever, planejar. Então, o tempo todo está acontecendo. É constante. Tem o processamento das despesas, ou seja, a gente vê quanto a gente quer gastar. A partir do momento que a gente tem a despesa, e a gente define que aquele valor vai ser gasto para aquilo, a gente tem a parte da reserva que é quando você define qual é a fonte, então nenhuma despesa, ela tem garantia nenhuma de que vai ser feita, se ela não tem uma fonte. Não tem um lugar que venha o dinheiro. Aí, faz-se a reserva desse dinheiro. Depois da reserva, entra o processo licitatório, que é outra parte de fazer a coisa em si. É o próximo passo depois que você reserva o dinheiro. Aí você tem o empenho, que é o dinheiro... Como eu posso fazer uma analogia? A gente separou. Agora a gente vai deixar ele... você tem alguma analogia para fazer, Denny, de empenho? Você pega o dinheiro e deixa mais separado ainda. É como...

Jairo: Posso te ajudar?

Cons. Bianca: Claro, claro.

Jairo: Meu nome é Jairo. Sou diretor de Departamento de Administração e Finanças aqui da Secretaria. O empenho, na realidade, é o despacho do Secretário autorizando a execução daquele serviço ou daquela aquisição. A nota de empenho é o cheque nominal à empresa que vai executar o serviço ou que vai oferecer os materiais.

Cons. Bianca: Então é como se você antes, tivesse separado o dinheiro. Agora você tira da conta, e deixa mais separada ainda. Está separado. Tem o cheque, está tudo separado. Entendeu? Aí depois têm as regras de competência, acompanhamento do cronograma físico, se agora está sendo feito ou não, porque aí a coisa começa de fato. No caso de uma creche, por exemplo, a coisa começa a andar. Aí tem as disponibilidades orçamentárias, enfim. Aí depois de uma parcela orçamentária... corrijam-me vocês, que são da parte de execução... Eu ainda vou entrar nessa parte da execução. Ainda não a fiz de fato, assim. Para mim, é tudo uma teoria, por enquanto. Existe a liquidação, que é quando uma parte já foi feita e você paga uma parcela, é isso?

Jairo: A liquidação é a apresentação da nota fiscal, da execução do serviço, ou da compra, ou de parte do serviço, onde é conferida, para ver se está de acordo com o que foi licitado. Está de acordo com o processo de licitação no edital. Se foi medida conforme as normas e regras do próprio edital, onde há o Ateste do prestador de serviço, o Ateste do controlador, que é o gestor do contrato, e a gente processa a liquidação. A liquidação é um documento que a gente gera através do sistema de execução de orçamento financeiro, e que vai servir para que a prefeitura, Secretaria de Finanças, transfira para a conta bancária do fornecedor do serviço ou material, o valor a ele destinado, depois das verificações, das medições.

Cons. Bianca: Ou seja, é um pagamento parcial?

Jairo: O pagamento pelo serviço. Ou parcial, ou total. Dependendo do tipo de serviço, tipo de contratação.

Cons. Bianca: Porque no final, a gente ainda tem o pagamento total.

Jairo: Na realidade, a liquidação é o processamento para o pagamento. Com esse processamento, a Secretaria de Finanças e o sistema orçamentário financeiro têm um prazo para creditar aquele valor na conta do fornecedor de serviço. Aí é o pagamento, efetivo.

Cons. Bianca: Vocês entenderam? Pergunta Cecília.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Dona Cecília, eu só peço que sejamos breves, e façamos a pergunta objetiva, sem muita polêmica, porque nós temos o assunto efetivo da reunião, que é a votação dos processos.

Cons. Cecília: Cecília. Eu entendi você falar que a despesa de SVMA são 200 milhões. Mas eu não entendi a receita de SVMA, quanto é. Você falou?

Cons. Bianca: Quer falar?

Jairo: A receita de SVMA está incluída naquelas DAMSPs, naquelas arrecadações que a Laressa falou. Aquilo vai para o FEMA. O restante é despesas de protocolo, despesas de entrada de autuação de documentos aqui na Secretaria. Isso faz parte da receita de SVMA também. Porém, não existe uma receita fixa da Secretaria, a não ser o do FEMA. O maior agente arrecadador é a Secretaria de Finanças, através de impostos do IPTU,

através do ISS, através de transferências. Essa é a arrecadação do município. A Secretaria do Verde e Meio Ambiente, como a maioria das Secretarias do município de São Paulo, elas não têm um valor significativo de arrecadação. São coisinhas picadas que entram. Por exemplo, se você entrar com um processo para... autuar um processo, você vai pagar uma taxa, se você pegar cópia de processo de documentos, você vai pagar essa taxa, então essa arrecadação efetiva é das Secretarias. É um valor ínfimo, que não dá para você medir, se você for fazer um mapa disso, não tem como... É tão insignificante que não dá para você ter uma ideia de valor. A maior arrecadação, a do FEMA, que é a arrecadação dos TCAs, dos TACs, arrecadação das multas de inspeção veicular, esse dá para você medir, dos DAMSPs de utilização dos Parques, de utilização de próprios municipais, que dão, por conta do decreto anual, têm que pagar as taxas, então essa é a maior arrecadação da Secretaria do Verde em cima do FEMA. Porque a Secretaria mesmo, como todas as outras Secretarias do município, elas não têm uma arrecadação fixa, a não ser a Secretaria de Finanças.

Cons. Cecília: Então, por exemplo, a gente tem que fazer uma manutenção... (incompreensível).

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Dona Cecília, desculpe interromper a senhora. Dona Cecília, só eu faço uma sugestão. Antes da colocação da senhora, seria interessante nós ouvirmos o segundo item, que é a apresentação sobre as contas do FEMA, com a Laressa. Porque muitas coisas foram ditas pela Bianca, já seriam ditas pela Laressa, que vai encurtar a apresentação dela, e vai falar sobre isso. E aí a senhora fazer a pergunta. Porque ela pode ser que...

Cons. Cecília: Não. Não. Mas eu não queria as do FEMA. Eu queria saber assim: a manutenção dos parques não é feita com o dinheiro do FEMA. A manutenção dos parques. Aí, da onde vem esse recurso?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Mas o recolhimento que a senhora pediu que o nosso diretor já explicou, vai estar na apresentação da Laressa. Se não ficar claro, a senhora faz a sua pergunta, que assim fica mais fácil. Por causa do tempo. A senhora concorda?

Laressa: Só ressaltando...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: A senhora concorda, dona Cecília? Se a senhora não concordar, a senhora faz a sua pergunta agora.

Cons. Cecília: Olhe, eu vou dizer assim, eu sou representante da Sociedade Civil, eu não tenho conhecimento. São muitas novidades aí, mas a pergunta que eu estou fazendo é muito simples. Eu gostaria que o diretor que respondeu a primeira parte, ele me respondesse. Porque eu queria saber, vem da Secretaria das Finanças, como é pago essa parte?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Tudo bem.

Jairo: Todo nosso orçamento, como a Bianca acabou de passar para a senhora, ele é oriundo de arrecadações dos impostos, IPTU, ISS, ITBI, repasses de combustível,

repassa do governo federal. Todo este dinheiro vem dessas arrecadações. As arrecadações das Secretarias, que nem eu falei para a senhora, ela é um valor tão ínfimo, que não dá nem para a gente computar. Não chega aí a 0,5%, 0,01% da arrecadação de Finanças. Então os recursos hoje, utilizados para manutenção das Secretarias, para que a gente toque os contratos, para que a gente faça a reforma de parques, para que a gente faça o levantamento de vigilância, isso é oriundo dessa arrecadação do IPTU, ISS, e esses outros valores.

Cons. Cecília: E a gente não tem uma ideia de quanto isso é? Não?

Jairo: A Secretaria de Planejamento e Finanças aí, teria mais ideia de quanto é a arrecadação... a previsão de arrecadação é aquela que a senhora viu: 59 milhões.

Cons. Cecília: Não. Diria assim: de quanto temos para gastar.

Jairo: Aí é o próprio orçamento é quem vai definir.

Laressa: É. E é um processo...

(fala sem microfone)

Jairo: Esse valor está publicado, que nem ela falou. Está no link da prefeitura. É a Secretaria fora o fundo de meio ambiente, acho que são 200 e poucos milhões de reais previstos para 2014 de contas, de despesas para pagar. No total.

Elaine: O que a gente apresentou é uma previsão. E essa previsão já está na Câmara. Então agora cabe aos vereadores, e como eu disse, a gente começou agora, um ciclo de audiências para discutir essas propostas. Tudo isso é proposta. Então assim, ainda há possibilidade, margem para algumas alterações. Mas agora, parte da Câmara. Então assim, eles podem mudar alguma coisa para... Ou para melhorar, ou para ampliar alguns programas. E nem todos os órgãos têm receitas próprias. Então eles dependem, realmente, muito, dessas arrecadações de tudo o que vai para o tesouro, de todas as fontes que chegam. Então, nem todos têm receita própria. E o que tem é muito pouco. Então tem que sempre estar complementado. É isso. E a gente pode, lógico, aí a Bianca é a Conselheira aqui junto com vocês, trazer, em um segundo momento, mais uma discussão sobre como se dá esse cenário todo, econômico. Isso pode ser tema, mais para outras reuniões.

Jairo: Dentro dos órgãos públicos, eu acho que praticamente, só o serviço funerário que tem arrecadação própria. Não é isso? A CET tem um pouco, a SPTrans tem um pouco, Anhembi Turismo tem um pouco, então essas empresas têm arrecadação própria, mas dentro do serviço público, é mais o serviço funerário que é o que tem mais arrecadação, um volume maior de arrecadação, por conta de venda de caixões, enterro, aquelas coisas todas. Porque as outras Secretarias é um valor ínfimo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, Laressa.

Cons. Cecília: Só para finalizar o meu entendimento aqui, então você falou que a despesa de SVMA prevista para 2014 é no valor de 200 milhões. E nisso já está

incluído os 174 milhões do FEMA? São separados. Então eu posso considerar que esses 200 milhões são de outras fontes que não do FEMA?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Perfeito.

Elaine: Sim. É para, geralmente, fazer a manutenção e a operação da Secretaria. Das coisas que a Secretaria se propõe a fazer.

Cons. Cecília: Está bom. Está certo. Entendi.

Elaine: E como vocês sabem, pela legislação, o FEMA tem o recurso dele destinado a projetos. Então... há essa diferenciação.

Cons. Cecília: Está bom. Está certo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Laressa, com a palavra.

Laressa: Bom dia a todos. Conforme eu já havia me apresentado, meu nome é Laressa. Eu trabalho na contabilidade do Verde e Meio Ambiente. E nós vamos fazer uma prestação de contas sobre o segundo quadrimestre de 2013, relativo ao FEMA. Eu vou encurtar um pouquinho minha apresentação, porque a minha apresentação era bem parecida com a da Bianca. A linguagem é a mesma. Então vamos mais direto ao ponto. Só para ilustrar um pouquinho, para vocês entenderem a parte a receita do FEMA, por exemplo, as receitas que são oriundas de depósitos, que é um tipo de ingresso que nós podemos ter, são, por exemplo, os depósitos de TCA, quando a empresa ou a pessoa física tem que compensar algo que ela tenha desmatado, alguma coisa assim. Então elas podem vir via depósito. Podem ser doações voluntárias. Podem ser também transferências da Secretaria de Finanças. Então são meios como a gente consegue ter ingressos de depósitos. Esse seria exemplos de como nós conseguiríamos identificar, porque nós temos uma conta corrente própria, só para gastos e ingressos do fundo do verde e meio ambiente. E a gente consegue identificar da onde vêm os recursos e poder apropriar ele na sua destinação correta. Os DAMSPs, como eu já tinha falado antes, são arrecadações de preços públicos, que vem, em sua maioria, de receitas correntes, como a Escola de Jardinagem, que nós temos na UMAPAZ, como multas ambientais, como a isenção de inspeção veicular, por exemplo. Vem para nós também, quando a pessoa, por exemplo, ela tem um carro que o carro dela é de São Paulo, mas ela utiliza na Bahia. Então ela paga uma taxa para ser isenta de fazer a inspeção veicular, porque ela não vai sair da Bahia para vir aqui, fazer o teste na Controlar. É um exemplo de arrecadação que nós temos, por exemplo. Essa seria a carinha do DAMSP que nós temos. E aqui nós temos as principais receitas correntes do FEMA. O FEMA, ele tem como principal receita, as provas de receitas correntes, as receitas providas de Crédito de Carbono, que vêm dos leilões, nós temos as receitas que... Hoje nós não temos por enquanto, mas podemos vir a ter convênios com o estado, e com o federal, com a União. Temos a própria inspeção veicular. E as compensações ambientais. Essas são as principais receitas que nós temos.

(fala sem microfone)

Laressa: Não. Aqui são só as nomenclaturas. Isso. Os valores eu vou passar mais para frente.

(fala sem microfone)

Laressa: Sim. Os eventos, eles vêm dos DAMSPs. Tem no preço público.

(fala sem microfone)

Laressa: Exato. Todos os eventos que são feitos nos Parques, eles são arrecadados através de DAMSP, que eu como já falei anteriormente, são publicados esses valores no Diário Oficial, em dezembro de todo ano. E aí, por exemplo, se uma empresa vai fazer um evento da sua empresa, de final de ano, no Parque do Ibirapuera. Então ela paga pelo termo de uso, por aquele local. E tem as suas codificações. Bom, a despesa, eu não vou me estender, porque a Bianca já explicou muito bem. Então seria o empenho, a liquidação e o pagamento. E a reserva que nós temos. Bom, as despesas do FEMA, elas são separadas entre convênios, contratos e desapropriações. Nos convênios, como que funciona? A despesa, é feito um edital, onde as ONGs ou os interessados apresentam projetos. Esses projetos são avaliados por uma comissão, que seria a CAV, que é a Comissão Técnica, e depois é aprovado por vocês, Conselheiros, aqui no CONFEMA. E aí sim, nós fazemos toda a parte contábil. Que seria fazer a reserva, fazer o empenho, depois a gente tem a análise de SEMPLA, e aí, efetivamente, a liquidação e o pagamento. O mesmo para os contratos. E as desapropriações não são feitas exatamente por nós. Quem define e avalia é a DESAP, pela sua competência. Bom, essa aqui é a estrutura do FEMA, orçamentária. São as dotações, como a Bianca falou, quando a gente arrecada o valor, ela é destinada para alguma atividade específica, ou projeto. No FEMA, nós temos algumas nomenclaturas: então por exemplo, a codificação que nós temos aí, 9410, 18, assim... até a 6654, são o quê? Realizações ambientais do FEMA. Então os convênios, por exemplo, são todos destinados na 6654, que são atividades. Nós temos a implantação de projetos ambientais. Que nesse caso entraria, por exemplo, as desapropriações. Temos a 7105, que é da linha do trólebus, que seriam o quê? Tudo o que é arrecadado sobre a inspeção veicular é destinada para a melhoria da qualidade do ar. Então nós classificamos e destinados para cá. Se nós arrecadamos inspeção veicular, nós gastamos nessa nomenclatura, na 7105. A 7128, a 7129 e a 7138 são todas de crédito de carbono. E cada uma destinada, ou para viveiros, ou para os Parques Lineares, ou para os projetos ambientais.

Cons. Alexandre: Esses projetos, por exemplo, que passaram na reunião passada, de manutenção dos parques, serviços de limpeza, que digamos que são atividades meio, não atividades fim, elas estariam sendo enquadradas em qual estrutura orçamentária?

Laressa: Esses projetos são os manejos que eram gastos pela Secretaria, mas porque nós não temos orçamento suficiente, e pela codificação dele, ele foi possível, com parecer da PGM, que a gente possa utilizar os recursos do FEMA para conseguir contemplar a manutenção de todos os nossos Parques. Esse manejo, ele está na 6654 que são as atividades. Então eles vieram das despesas da Secretaria... ações ambientais. Isso. Isso.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Prossiga, Laressa.

Laressa: Bom, essa seria a carinha da divisão de como que a gente consegue identificar o que aquela... Essa codificação 9410...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Laressa, desculpe interromper, mas a Bianca, nesse assunto, quer falar alguma coisa.

Cons. Bianca: Não. Eu só queria falar que isso é em relação à LOA e o PPA anterior. Então, quando a gente apresentar o PPA novo, essas... a gente... mudou tudo. Mudou tudo. Ferrou a vida de vocês, inclusive. Vira e mexe o pessoal liga... Gente, cadê o trólebus. Então isso daqui é o anterior. A gente fez uma reorganização. Esperamos que tenha ficado melhor. Não temos certeza. Vamos avaliar. Mas isso aqui está diferente, atualmente. Então se vocês tentarem comparar essa apresentação com o que está no site, está diferente. Qualquer coisa, a gente pode conversar sobre isso. Fazer um de/para, como era antes e como ficou.

Laressa: Só para esclarecer essa parte que a Bianca está falando, nós mencionamos, porque como a prestação de contas é do quadrimestre que já passou, a gente estava relacionando com o que já foi efetuado, e com o que está acontecendo ainda hoje. O que a Bianca está falando vai acontecer em 2014. Bom, então essa era a classificação que nós temos para conseguir identificar o que seria a destinação de cada atividade ou projeto. Agora falando dos números em si. Do que nós realizamos no segundo quadrimestre com relação ao FEMA, o que a gente pode identificar? No segundo quadrimestre nós recebemos, efetivamente, 35 milhões. Esses dados são retirados todos os extratos bancários. Nós temos toda a transparência de conseguir identificar realmente quanto entrou e quanto saiu. Então nós recebemos, no segundo quadrimestre, por volta de 35 milhões. Tivemos um rendimento aproximado, da nossa conta corrente, de 4,5 milhões. Só que assim, esse rendimento não é apenas os 35 milhões. É de todo o acumulado que nós temos na conta corrente. Então nós iniciamos o segundo quadrimestre por volta de 170 milhões. Então esses 4 milhões é relativo aos 170, e não aos 35. Pagamos, no segundo quadrimestre, 10 milhões. Que nós tínhamos no nosso orçamento, que já tinha sido aprovado. Nós tínhamos, já, empenhado. E ele foi pago ao longo do quadrimestre, 10 milhões. E temos, em 31 de agosto, a posição que nós tínhamos, a ser utilizado ainda era 179 milhões. Por quê? A gente tem que separar que até o final do ano, a gente ainda tem empenhos a serem pagos. Então, se a gente tinha se comprometido a pagar os credores X, nós temos que reservar esse valor. Ao todo, desde o começo do ano, até agora, em 31/8, nós conseguimos arrecadar, de todas as receitas entre créditos de carbono, termos de compensação ambiental, receitas correntes, nós conseguimos arrecadar por volta de 86 milhões. Somados ao que nós tínhamos, e o que nós tivemos que pagar de empenhos, e despesas que nós tínhamos do ano anterior, nós ainda temos, hoje, por volta de 179 milhões. Dá para ilustrar um pouquinho mais... Nós temos ainda, de empenhos a pagar, por volta de 20 milhões. Então ainda temos um pouquinho. Porque o que entrou agora? A partir de agosto, nós estamos recebendo o manejo da Secretaria. Então nosso orçamento, nossos empenhos são maiores do que nós tínhamos no quadrimestre anterior. Então bem provável que na apresentação do próximo quadrimestre, a gente tenha um volume maior de empenhos. Podem achar isso: Ah,

mas era para diminuir a quantidade de empenhos? Mas por conta disso, nós temos um empenho maior. Eu vou só ilustrar para vocês uma separação de quanto nós temos hoje, de empenhos, relativos ao que a gente tem de conta corrente.

Cons. Alexandre: Laressa, você teria também a receita separada por...

Laressa: Eu só não sei se vai ficar fácil de visualizar. Dá para enxergar, gente? Vocês imaginem eu fazendo essas planilhas, gente. Essa planilha é um demonstrativo que nós fazemos um comparativo com o que nós temos, financeiramente, em conta corrente, e o que nós temos orçamentário. A gente consegue cruzar as informações para que a gente possa não se comprometer orçamentariamente (incompreensível) financeiro. Então, só para a gente conseguir ilustrar, essa posição é do dia 17/10. Nós tínhamos de receita corrente, em 17/10 agora, 53 milhões que são destinados às realizações ambientais, e a projetos ambientais também. Dentro desse valor, vai ser utilizado para cobrir o manejo, por exemplo, que é um valor grande. Nós temos por volta hoje, acho que... Rubens, de 15 milhões de manejo?

(fala sem microfone)

Laressa: 30 milhões. Então vai quase tudo. Nós temos uma devolução de inspeção veicular que foi assim, nos anos de 2008, 2009, 2010, foi cobrado a maior, do município, R\$ 0,22 por equívoco, por conta do sistema, e esses R\$ 0,22 têm que ser gastos, efetivamente, para a melhoria da qualidade do ar. Não há como devolver ao município R\$0,22 porque o custo é muito maior, e você não sabe se o município ainda está vivo, se ele ainda tem aquele carro. Então não há como a gente devolver à pessoa que pagou os R\$0,22 a mais. Foi decidido pelo Ministério Público que esse valor vai ser destinado a projeto de melhoria da qualidade do ar. Nós temos também o crédito de 12 milhões de crédito de carbono. Só que desse valor, a gente já tem comprometido, por volta de 7, se eu não me engano. Isso. Nós temos comprometidos 8. Então, na verdade, nós temos hoje, disponível para mais projetos, por volta de 4 milhões.

Cons. Alexandre: O crédito de carbono, ele é vinculado também?

Laressa: Todas as receitas do FEMA são vinculadas. Todas. Sem exceção. O crédito de carbono esse ano nós tínhamos uma previsão de um leilão, mas que não aconteceu. Provavelmente para o ano que vem, acho que nós teremos outra previsão. Está previsto um leilão para o ano que vem. Setembro do ano que vem. As multas de inspeção veicular são transferidas pela Secretaria de Transportes, CET. Nós temos, na posição de 17/10, 84 milhões. Mas também temos projetos de já serem utilizados esse recurso. E os termos de compensação ambiental, que é a nossa maior receita... Não digo a maior receita, mas a receita que entra com maior... quase todos os dias nós temos compensações ambientais, nós temos 57 milhões. Mas desses 57, nós já temos comprometidos 29. Que são projetos que já foram passados pelo CONFEMA, e que podem vir a ser utilizados ainda este ano. Pode falar.

Cons. Cecília: Quando a gente pensa em um Parque, é pela melhoria da qualidade ambiental. Ela pode usar esse recurso, não é, de melhoria da qualidade ambiental. Quando você faz uma desapropriação para a criação de um parque, pode entrar nessa chancela de melhoria de qualidade ambiental?

Laressa: Na verdade, as receitas que vêm de Termo de Compensação Ambiental têm a resolução do CONFEMA, que diz que ela é apenas para desapropriações, obras e instalações. Tem uma resolução própria do CONFEMA, aprovada por vocês, que diz que é apenas para desapropriações, para novos parques, ou para o que for necessário, e para obras e instalações. Foram vocês mesmos que aprovaram.

Cons. Cecília: Não entendi muito bem. Será que a gente aprovou esse ano? Ano passado?

Laressa: Não. São anos anteriores. Se eu não me engano, é resolução 101 do CONFEMA.

Cons. Cecília: Então nada impede da gente rever, não é?

Laressa: Sim.

Cons. Alexandre: Talvez que tem a ver com os próximos itens de pauta e eu estou aqui refletindo, com essas novas informações, até um pouco do que a Bianca estava falando também, na reunião passada, me parece, se há um montante grande de receitas correntes, parece que elas podem ser utilizadas para despesas correntes. Agora, o meu raciocínio está mudando. Que seria, por exemplo, a manutenção dos parques. Que anteriormente... Só me preocupa que essa proporção seja mantida. Mas na medida em que o que vem de termo de compensação está vinculado de forma mais específica, por essa resolução, a obras, desapropriações, e os demais também, crédito de carbono, os demais estão vinculados de forma mais específica, a multa por falta de inspeção veicular também, está vinculada à questão do transporte, não é isso?

Laressa: Todas as receitas do FEMA, por exemplo, eu não posso utilizar crédito de carbono com obras ou realizações das multas de inspeção veicular. Com projetos da multa de inspeção veicular. Cada receita do FEMA é totalmente vinculada à sua destinação. Com exceção das receitas correntes, que podem ser utilizadas para suprir as outras receitas, destinações, ou para destinações próprias. Com exceção dela, todas as receitas são destinadas apenas à sua origem.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Vamos, Laressa.

Laressa: Bom, se alguém tiver mais alguma dúvida... Agradeço e fechamos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Agradeço à Bianca pela apresentação. À Laressa. Agora passo a palavra ao Rubens. Vamos à apreciação dos contratos. Solicito que agora, no item 4 ao 7º, que nós vamos votar, que se pronunciem apenas os Conselheiros Titulares.

Cons. Cecília: Olha, Bianca e a outra...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Laressa.

Cons. Cecília: Laressa. Porque o que eu via que o que vinha para... Tinha uma receita que eu não sei agora qual era, que era utilizada nos trólebus porque achavam que os

trólebus é que cuidavam da qualidade do ar. E aí, era sempre destinada para os trólebus. Vários milhões aqui. Eu lembro de já ter aprovado para os trólebus, que eram a melhoria da qualidade do ar. Mas o questionamento que eu estou fazendo é o seguinte: na verdade, a criação de um parque nunca entrou nessa chancela aí, nessa rubrica, mas ela é de melhoria da qualidade do ar. Ou seja, agora é que eu estou percebendo que, na verdade, aquele dinheiro que foi utilizado nos trólebus, eles poderiam ter sido utilizados para desapropriação para Parque.

Laressa: Só para tentar esclarecer. As receitas provindas de multa por falta de inspeção veicular são para melhorias da qualidade do ar, e não necessariamente para trólebus. É que os projetos apresentados e aprovados foram do trólebus. Mas se outros projetos forem aprovados dentro do mesmo assunto, podem, sim, ser destinados. No caso a desapropriação, nós temos dotação própria para a desapropriação.

Cons. Cecília: Mas se essa dotação não for suficiente, a gente pode utilizar essa outra. Porque pelo que eu estou entendendo do que você está falando, se fosse apresentado um projeto, não para os trólebus, mas para desapropriação, poderia?

Laressa: Não. Desapropriação não, porque desapropriação tem uma característica própria. Ela tem recurso próprio que é... quando o munícipe ou uma empresa, ela vai construir um prédio e ela tem que tirar algumas árvores, seja nativa, ou seja que árvore que for, ela teria que, em tese, replantar na mesma região. Como ela não tem, muitas vezes, como replantar na mesma região, ela deposita esse valor no FEMA para que nós possamos fazer essa parte. Então por isso...

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Só um minuto. A Bianca quer fazer uma intervenção, dona Cecília, para lhe responder.

Cons. Bianca: Eu entendo que a dona Cecília está falando, é que assim: apesar do “serviço ambiental” que aquilo ali pode proporcionar, existe uma série de regramentos que foi aprovado pelo Conselho, que inclusive tenho conversado com a Miriam... qual que é o decreto, Miriam? É decreto, lei?

(fala sem microfone)

Cons. Bianca: E aí tem esse decreto que a gente pode ler, que a gente pode passar por e-mail, que define algumas coisas, assim: que apesar dos serviços ambientais serem parecidos, existe um regulamento que passou por aqui que define mais especificamente as coisas. Fica um pouco mais específico. Não tão abrangente. Melhoria da qualidade do ar é muito amplo, e aí fica um pouco mais específico. Então uma coisa vai para aquilo, outra coisa vai para aquele outro...

Cons. Cecília: Se foi decidido pelo Conselho, o Conselho deve ter possibilidade de rever, não é, isso daí? Quer dizer, então não estamos impedidos. Se entendemos que um parque pode trazer mais melhoria da qualidade do ar, do que a linha de trólebus, a gente pode rever então, essa distribuição que foi feita no passado aí, não sei por quem.

Cons. Alexandre: Outra questão que eu estou pensando aqui, que apesar de ter essa destinação específica dos TCAs para desapropriação, você disse que lá, as receitas correntes, elas também podem suprir quaisquer uma das outras. E um dos motivos que se alega a gente estar aprovando recurso do FEMA para manutenção, é porque para o orçamento desse ano não estava previsto. Então eu queria saber como é que está a LOA desse ano em relação a essas rubricas (incompreensível) a manutenção dos Parques. Você tem alguma informação, Bianca, ou talvez não sei se quem seria de...

Cons. Bianca: Assim, de cabeça, eu não me atentei a esse caso. Porque a gente trabalha com a da prefeitura toda, então em nenhum momento eu olhei para isso. Mas a gente pode vir a olhar.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Para a próxima reunião, trazer alguma informação.

Cons. Bianca: O que for decidido na reunião, estamos...

(fala sem microfone)

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Positivo.

(fala sem microfone)

Cons. Bianca: E só complementando, eu acho que assim: de qualquer maneira, quando a gente trabalha com o fundo FEMA, não tem como a gente não observar o orçamento da Secretaria. A gente tem que fazer os dois juntos.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Já está votado. Nós vamos providenciar. Rubens, por gentileza.

Secretário Executivo Rubens Borges: Bom dia a todos. Nós vamos à pauta do dia, efetivamente, da votação. Que são os projetos que estão sendo apresentados hoje. Então a gente vai começar pela apreciação e deliberação sobre contratação de serviço de manejo e conservação dos parques públicos, que integram o grupo Tiquatira. O processo que trata dessa contratação é o 2013.0.182.234-1. Proponente - SVMA-DEPAVE. O valor total da contratação é R\$ 840.046,18, sendo R\$ 18.462,55 para o exercício de 2013, que a previsão da contratação é para até o final do ano, e R\$ 821.583,64 para o exercício de 2014. Análise da proposta - trata a presente proposta de contratação de serviços de manejo e manutenção e conservação do grupo do Parque do Tiquatira, composto pelos Parques Linear Tiquatira, Parque Vila Sílvia, Parque Lajeado, Parque Linear Guaratiba, e Parque Jardim Primavera, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa e conservação de áreas verdes, zeladoria de sanitários, serviços de coleta e destinação de lixo, conforme folhas 13 a 27. Eu lembro que os processos estão todos disponíveis aqui, para consulta. Às folhas 62 e 63 do processo, consta a justificativa elaborada pela Divisão Técnica de Gestão de Parques, DEPAVE 5, que destaca a importância dos serviços para conservação do patrimônio ambiental e na conservação das edificações e instalações do Parque. Em folha 75 foi juntada a solicitação do Departamento de Administração e Finanças, DAF, para apreciação do CONFEMA para utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio

Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para custeio da contratação. Destaca-se a relevância da manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques municipais são parte integrante das áreas verdes de proteção integral, nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Análise econômica - a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, com relação à necessidade de manutenção e preservação das áreas verdes do município. Destaque se dá ao fato mencionado, de que não há recursos orçamentários disponíveis, nem dotação própria da Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente para realização da proposta ora apresentada. Em folha 67 encontra-se o orçamento dos custos da contratação, com previsão de desembolso de R\$ 18.462,55 para o exercício de 2013, referente ao período de 28 a 31/12/2013. E R\$ 821.583,64, para o período de janeiro a junho de 2014. Com base em parecer expedido pela procuradoria geral do município, da Secretaria de Negócios Jurídicos, que segue juntado no presente, foi apresentada a proposta da utilização de recursos do FEMA na dotação de realização de ações ambientais, despesas correntes para a presente contratação. Ressalta-se que a solicitação de recursos contempla o final do contrato ora existente, objeto do processo 2011.0.363.214-7, e a reserva de recursos para abertura do procedimento licitatório, visando nova contratação. O enquadramento nas diretrizes... O enquadramento, eu vou ler o primeiro, e os outros se repetem. Então eu vou ler esse, na íntegra. Junta-se ao presente relatório com manifestação da Procuradoria Geral Do Município, da Secretaria de Negócios Jurídicos, com parecer favorável à utilização dos recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para manutenção da qualidade ambiental e o desenvolvimento sustentável, uma vez que as áreas verdes são elementos integradores de urbanização do município, e que os parques integram as áreas verdes de proteção integral. Com base no parecer da PGM, entende-se que a proposta ora apresentada se enquadra nas diretrizes estabelecidas pelo SISNAMA e pelo CADES, em especial quanto ao artigo 57 da lei 14.887, de 15 de janeiro de 2009, que reorganiza a Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente, que determina, explicitamente, que os recursos do Fundo Especial do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinam-se, principalmente, a apoiar, entre outros, a manutenção, melhoria e/ou recuperação da qualidade ambiental. Ainda preconiza o parecer que o próprio CADES, no exercício das atribuições previstas no artigo 32 da lei 14.887/2009, e artigos 6º e 35, inciso 1, do decreto 52.153, estabeleceu, por meio da resolução 153/CADES/2013, entre as diretrizes para utilização do FEMA, a expansão e conservação de áreas verdes e unidades de conservação, e parques urbanos, lineares, e naturais. Conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA e entende, com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral do Município, que é viável a utilização dos recursos do FEMA, para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 840.046,18, sendo R\$ 18.462,55 para o exercício de 2013, e R\$ 821.583,64 para o exercício de 2014. Respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios Jurídicos. A CAV recomenda que por ocasião da aprovação do orçamento para o exercício de 2014, havendo recursos disponíveis, que as despesas ocorram, preferencialmente, em dotação própria da SVMA. Assim sendo, a CAV não identifica

óbice para o prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 17 de outubro. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Alguma pergunta? Alexandre? Por favor.

Cons. Alexandre: Independente desse processo específico, mas também nessa questão da apresentação da LOA, seria interessante para nós termos dimensão, uma apresentação específica do montante estimado para manutenção dos parques no ano de 2014. Que a gente consegue ter a noção do quanto que vai ter disponível, de dotação orçamentária própria, para 2014, dentro do orçamento da SVMA, e o quanto que é necessário para esse item específico. E aí então, a gente pode ponderar de forma mais razoável quanto que é interessante o FEMA disponibilizar para esse tipo de utilização, e o quanto que a gente precisa garantir que isso esteja na dotação orçamentária própria.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu acho que na próxima apresentação, que já ficou para se falar do orçamento, a gente pode abordar esse assunto. Lembrando sempre que a proposta que a Secretaria encaminha, sempre está sujeita a alterações na Câmara Municipal, por conta da aprovação da lei. Então nós vamos apresentar o que foi proposto. Mas não podemos garantir que aquilo seja aprovado na íntegra. Sônia, por favor.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Por gentileza, dona Sônia, com todo o respeito. Com todo o respeito. Nós já passamos na parte de votação, e nessa mesa deveriam estar só os Conselheiros Titulares. Como a sua titular está presente, a palavra seria dela. Então solicito...

Sônia: Mas eu, como convidada, não posso ter voz?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Não. Não, porque nós estamos... No final, a senhora... Sobre a votação, não senhora.

Secretário Executivo Rubens Borges: Pelo regimento interno do Conselho, na votação...

Sônia: É uma dúvida. Não é uma votação.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, aí quem poderia se manifestar é a dona Cecília.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: É sobre o processo?

Sônia: É. Sobre o processo.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Então a senhora passa à titular, e ela faz a... Para nós mantermos o que disciplina o regimento da reunião. Por gentileza.

Sônia: Me estranha um pouco, mas eu passo a palavra.

Cons. Cecília: Eu tenho uma dúvida, aqui. Não parece incoerente que aqui final fala assim: a CAV recomenda que por ocasião da aprovação do orçamento para o exercício

de 2014, que as despesas ocorram preferencialmente em dotação própria da SVMA. Não está escrito isso daqui?

Secretário Executivo Rubens Borges: Sim.

Cons. Cecília: E por que então a gente está aprovando R\$ 821.000,00 para 2014? Não é para 2013, isso. Já é para 2014. Então não está incoerente?

Secretário Executivo Rubens Borges: Veja bem, dona Cecília. O que a CAV observou aqui, é que a solicitação é uma contratação que vai pegar o finalzinho do mês de dezembro, e a maior parte do contrato está a partir de janeiro. O orçamento da prefeitura, ele se encerra no dia 31/12. A partir de 2014 passa a vigorar um novo orçamento. Se nós aprovar os 18 mil reais de 2013, e não tiver uma garantia da continuidade em 2014, esse contrato vai ser interrompido. Então nós teríamos 3 dias, ou 4 dias de contrato, e em seguida seria interrompido, até que nós pudéssemos fazer uma nova reunião do Conselho, aprovar isto no Conselho, para que haja continuidade. Então a recomendação...

Cons. Cecília: Espera um pouco, Rubens.

Secretário Executivo Rubens Borges: Só para concluir a ideia. A recomendação da CAV é de que se aprove o valor para que não haja a interrupção. Porém, que seja observado, se houver recursos disponíveis na dotação da Secretaria após a aprovação do orçamento, que normalmente ocorre no finalzinho do ano, dia 28, 29, 30, às vezes, de dezembro, então se houver recursos disponíveis na dotação da Secretaria, a CAV recomenda que o departamento administrativo financeiro faça os empenhos, reservas e empenhos nessa dotação. Caso não seja possível, para que não haja interrupção desses contratos, aí faz através do FEMA.

Cons. Cecília: Entendi. Agora entendi.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então seria uma pré-aprovação para que nós não tenhamos a interrupção do contrato.

Cons. Cecília: Não. É que aí não sai o dinheiro do FEMA. Sai da SVMA.

Secretário Executivo Rubens Borges: Efetivamente, não. A recomendação da comissão é essa: que se houver dinheiro na SVMA, que se utilize esse recurso. O recurso do FEMA, na verdade, está sendo utilizado agora, por falta de recursos na dotação da Secretaria. Se o recurso estiver garantido lá, não tem necessidade de usar este. Então...

(fala sem microfone)

Secretário Executivo Rubens Borges: Por isso que a ideia é garantir o contrato, comprometendo o orçamento do ano que vem, mas para que não haja interrupção no contrato. Podemos ir à votação, então? Então os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovada por unanimidade. O próximo item da pauta é apreciação e deliberação sobre contratação

de serviços de manejo dos parques que integram o grupo Xangrilá. Processo 2011.0.264.565-2. Então o proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor total da contratação - R\$ 849.539,81. A proposta é de contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação dos Parques do grupo Xangrilá, composto pelos Parques Xangrilá, Parque Linear Parelheiros, Parque Aricanduva e Parque Rapadura. Cujo objeto inclui serviços de manejo de vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene de sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folha 17 a 40. Em folha 758 do processo, consta o despacho que autoriza a prorrogação do prazo de vigência do contrato, número 31/SVMA/2012, por mais seis meses contados a partir de 16/8/2013. Conforme manifestação de DAF G, de folha 770, a presente proposta tem por objetivo, solicitar a utilização de recursos do FEMA para suportar as despesas do contrato vigente, viabilizando a gestão administrativa da SVMA, em especial na contratação e prorrogação de contratos de vigilância e segurança nos Parques, visando sua conservação e manutenção. Análise econômica - em folhas 771 a 773, constam os extratos de empenho números 8.136/2013, 64.116/2013, e 64.113/2013 no valor total de R\$ 849.539,81, correspondente às despesas previstas até 31/12/2013. Conforme a solicitação de DAF, se aprovado pelo CONFEMA, essa nota de empenho será cancelada, e novamente empenhada em dotação própria do FEMA. O enquadramento nas diretrizes se repete. Porque é a legislação e as resoluções do Conama e CADES. Então a conclusão da CAV é: com base no exposto no presente relatório, a CAV salienta que embora já existam recursos empenhados para o presente contrato de serviço de manejo e conservação, estão sendo solicitados recursos do FEMA, no valor de R\$ 849.539,81, visando a substituição do atual empenho. Os recursos desse empenho seriam utilizados para contratação de serviços de vigilância e segurança dos Parques. A CAV destaca ainda que os atos administrativos quanto ao ajuste contábil deverão ser acompanhados por DAF G, respeitando a legislação vigente, dentro das normas do sistema orçamentário financeiro, SOF. Quanto ao uso dos recursos do FEMA para serviço de manejo e conservação, a CAV não identifica óbice em sua utilização com base em parecer da Procuradoria Geral do Município. São Paulo, 17 de outubro de 2013. Assina a Comissão de Avaliação.

Cons. Cecília: Aqui eu tenho uma dúvida. Como foi empenhado, se já foi empenhado, acho que a... Ela poderia explicar isso para a gente. Porque...

Secretário Executivo Rubens Borges: Esse caso é aquele que já foi discutido em outras reuniões, que é assim: os recursos que estão sendo solicitados, está empenhado na dotação da Secretaria, mas como a Secretaria não dispõe de recurso para outros serviços, em especial a vigilância e segurança dos parques, que é o que evita invasão, depredação, então está se propondo a utilização do recurso do FEMA para o manejo, e essa utilização do recurso que hoje está empenhado, para a contratação de serviço de vigilância. De vários outros parques. Não desse parque especificamente.

Cons. Cecília: Mas deixa eu só te perguntar uma coisa: em vez de fazer essa alteração, a gente já não poderia sair do FEMA direto para contratação da vigilância e do...

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, a princípio, não sei se o Jairo tem alguma informação, mas a princípio, nós fizemos uma nova consulta à PGM com relação à

utilização desse recurso para a vigilância. Porque não deixa de ser conservação das áreas.

Cons. Cecília: Isso.

Secretário Executivo Rubens Borges: Quando a gente evita uma invasão, a gente está conservando aquela área. Porém, como não estava explícito no parecer da PGM, então a prefere-se utilizar os recursos para aquilo que a PGM já determinou que é legal, que nós não estamos cometendo nenhuma irregularidade, e disponibiliza o recurso da Secretaria para esses outros serviços, que são tão importantes quanto o manejo.

Cons. Cecília: Claro.

Jairo: A Secretaria do Verde, ela já pediu essa nova consulta à procuradoria geral do município, mas ainda não obtivemos a resposta. Então, enquanto eles não nos respondem, a gente está usando esse artifício de utilizar o recurso do manejo do FEMA, e o que está lá, para poder suportar as despesas com a vigilância e a segurança dos Parques.

Cons. Alexandre: Não seria o caso, já que se trata então, do mesmo objeto da manutenção dos Parques, de colocar também esse adendo de que havendo recursos disponíveis para 2014, que as despesas ocorram preferencialmente em dotação própria da SVMA?

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, os recursos que a gente está solicitando aqui é até 31/12, nesse caso. Existe até uma discussão que talvez a gente possa adiantar aqui, que é assim: o exercício começa no dia 1º de janeiro, e nós não temos condições de fazer uma reunião do CONFEMA no dia 2 de janeiro, para aprovar as despesas do exercício seguinte. Então talvez na próxima reunião, nós tragamos na pauta, uma proposta que até já pode ser pensada, de como pode ser feita, uma proposta de se aprovar... os projetos que foram aprovados este ano, pelo menos uma continuidade por um ou dois meses, até que o orçamento da Secretaria esteja em andamento. Porque os terminais, para fazer reservas e empenho, eles só são disponibilizados no final do mês de janeiro. Então a gente teria que garantir a continuidade desses contratos em janeiro, para que não haja interrupção, e depois, se for o caso, submeter novamente ao CONFEMA. Então, talvez, na próxima reunião, a gente traga para a pauta essa discussão, para a gente estar deliberando sobre isso.

Cons. Alexandre: Eu só não entendi uma coisa. Desculpe. Pode ser que seja...

Secretário Executivo Rubens Borges: Vamos lá.

Cons. Alexandre: Mas é que eu estou achando o valor alto para esse ano, ainda. Que já que R\$ 850.000,00 mil são 4 parques...

Secretário Executivo Rubens Borges: Mas é um grupo de parques, são 4 parques. E é manutenção e manejo dos 4 parques. Isso é feito com base em um cronograma de desembolso. Então nós temos um cronograma de desembolso do orçamento que foi feito para esses parques, a previsão é até 31/12. Então, nós estamos solicitando esse

recurso do FEMA com base nessa previsão. Nas medições que estão previstas até o final do ano.

Cons. Alexandre: Eu estranhei, porque para o outro grupo de Parques, são 5 parques, e esse mesmo montante de valor é para o ano todo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. É para 6 meses. É para 6 meses. Mas isso varia de acordo com o número de parques, com a frequência, com a quantidade de área verde. Então têm vários aspectos que influenciam nos valores. Podemos ir à votação, então? Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, então, permaneçam como estão. Então está aprovada por unanimidade. O próximo ponto de pauta é apreciação e deliberação de contratação de serviços de manejo e conservação dos parques que integram o grupo Sapopemba. Processo 2013.0.091.792-6. Então, proponente é a SVMA-DEPAVE. O valor total da contratação é R\$ 933.309,94, sendo R\$ 158.970,38 para o exercício de 2013, e R\$ 774.339,56 para o exercício de 2014. Análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação do grupo de parques Sapopemba, composto pelos Parques Aterro Sapopemba, Parque Jardim Conquista, Parque Guabirobeira, e Parque Nebulosas, cujo objeto inclui serviços de limpeza externa, conservação de áreas verdes, zeladoria de sanitários, serviços de coleta e destinação de lixo, conforme folhas 134 a 147. Em folhas 25 e 26 do processo, consta a justificativa elaborada pela divisão técnica de gestão de parques, DEPAVE 5, que destaca a importância do serviço para conservação do patrimônio ambiental, e na conservação das edificações e instalações do Parque. Em folha 176 foi juntada a solicitação do departamento de administração e finanças, DAF G, para apreciação do CONFEMA, para utilização de recursos do FEMA para custeio da contratação. Destaca-se a relevância na manutenção da qualidade ambiental, considerando que os parques são parte integrante das áreas verdes de proteção integral nos termos do artigo 132, inciso 1, do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Análise econômica: a presente proposta origina-se da manifestação de DAF G, com relação à necessidade da realização de manutenção e preservação de áreas verdes do município. Destaque se dá ao fato mencionado, de que não há recursos orçamentários disponíveis em dotação própria da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, para realização da proposta ora apresentada. Em folha 169 encontra-se o orçamento dos custos da contratação, com previsão de desembolso de R\$ 158.970,38, para o exercício de 2013. E R\$ 774.339,56 para o período de janeiro a maio de 2014. Com base em parecer expedido pela procuradoria geral do município, da Secretaria de Negócios Jurídicos, que segue juntado ao presente, foi apresentada a proposta de utilização de recursos do FEMA na dotação de realização de ações ambientais, despesas correntes para a presente contratação. O enquadramento se repete na legislação. E a conclusão da Comissão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, e aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA, e entende com fulcro nas manifestações ponderadas pela Procuradoria Geral Do Município, que é viável a utilização de recursos do FEMA, para viabilizar a proposta ora analisada, cujo valor é de R\$ 933.309,94. Sendo R\$ 158.970,38 para o exercício de 2013, e R\$ 774.339,56 para o exercício de 2014. Respeitada a utilização de dotação própria atribuída a despesas correntes em linha com a recomendação proposta pela Secretaria de Negócios

Jurídicos. A CAV recomenda que, por ocasião da aprovação do orçamento para o exercício de 2014, havendo recursos disponíveis, que as despesas ocorram preferencialmente em dotação própria da SVMA. Assim sendo, a CAV não identifica óbice para o prosseguimento da proposta em referência. Podemos ir à votação, então? Bianca, por favor.

Cons. Bianca: Esse referente a 2013, é que período? É 28 a 31 de dezembro?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não, não. Aí é o período da contratação. Da aprovação do CONFEMA até o final do ano. Porque o contrato, ele já está em vigor.

Cons. Bianca: Novembro, dezembro?

Secretário Executivo Rubens Borges: Final de outubro, novembro e dezembro. Então vamos à votação...

Cons. Cecília: Me surgiu aqui só uma dúvida, Rubens. Só um pensamento aqui.

Secretário Executivo Rubens Borges: Pois não.

Cons. Cecília: Quando CAV escreve assim: recomenda que por ocasião da aprovação, havendo recursos disponíveis, eu acho que nunca haverá recursos disponíveis. Eu acho que a gente, na hora de fazer o orçamento, sempre faltará recursos para tudo aquilo que a gente pretende, não é verdade? Já aconteceu alguma vez de ter recursos disponíveis no orçamento?

Secretário Executivo Rubens Borges: Nós sempre temos recursos disponíveis no orçamento. É que é assim: a gente solicita o real. Quando a Secretaria faz a previsão orçamentária das despesas, ela faz de acordo com a necessidade real. O que pode sofrer alterações em função ou do montante de arrecadação, ou de alguma emenda parlamentar. Então, não dá para prever. Então, se para essa dotação de manutenção dos parques for aprovado o valor integral, mesmo que haja alteração no orçamento, mas em outras dotações, se nessa dotação for aprovado o valor integral, a gente utiliza dessa dotação para a manutenção dos Parques. Se eventualmente essa dotação sofrer algum corte, aí se utiliza os recursos do FEMA. Então essa é a lógica orçamentária.

Cons. Cecília: Mas o previsível é que sofra no sentido de ter recurso para outras coisas.

Secretário Executivo Rubens Borges: Às vezes não, dona Cecília. Nós já tivemos casos em que foi pedido um determinado valor para uma atividade, e aquele valor foi aprovado integralmente. As alterações podem ocorrer em outras dotações, que não necessariamente nessa. Então se for aprovado na íntegra, o valor, utiliza-se esse recurso da Secretaria. Se eventualmente sofrer algum corte no orçamento da Secretaria, utiliza-se o recurso do FEMA.

Cons. Cecília: Está certo. Agradecida.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então a

proposta está aprovada por unanimidade. Próximo item de pauta é apreciação e deliberação de prestação de serviços de manejo e conservação do Parque Anhanguera. Processo 2010.0.134.888-1. Então o proponente é SVMA-DEPAVE. O valor da proposta - R\$ 429.529,08. A análise da proposta: trata a presente proposta de contratação de serviços de manejo, manutenção e conservação do Parque Anhanguera, cujo objeto inclui serviço de manejo de vegetação existente, manutenção de áreas verdes, coleta e destinação de lixo gerado pelos usuários, e limpeza e higiene dos sanitários públicos, conforme especificações técnicas de folhas 7 a 34. Em folhas 714 e 715 do processo, consta o termo de contrato registrado sob número 27/SVMA/2010, com prorrogação de prazo por mais 6 meses, contados a partir de 20/8/2013. Conforme manifestação de DAF G, de folha 718, a presente proposta tem por objetivo solicitar utilização de recursos do FEMA para suportar as despesas do contrato vigente, viabilizando a gestão administrativa da SVMA, em especial na contratação e prorrogação de contratos de vigilância e segurança dos parques, visando a sua conservação e manutenção. Análise econômica: em folhas 719 a 722, constam os extratos de empenhos números 7723/2013, 7742/2013, 63762/2013, e 63768/2013, em um valor total de R\$ 429.529,08, correspondentes à cobertura do contrato até 31/12/2013. Conforme solicitação de DAF, se aprovado pelo CONFEMA, essas notas de empenho serão canceladas e novamente empenhadas, em dotação própria do FEMA. A análise e o enquadramento se repetem na legislação do CONAMA e do CADES, e a conclusão: com base no exposto no presente relatório, a CAV salienta que embora já existam recursos empenhados para o presente contrato de serviço de manejo e conservação, estão sendo solicitados recursos do FEMA, no valor de R\$ 429.529,08, visando a substituição do atual empenho. Os recursos deste empenho seriam utilizados para contratação de serviços de vigilância e segurança dos Parques. A CAV destaca ainda que os atos administrativos quanto ao ajuste contábil deverá ser acompanhado por DAF G, respeitando a legislação vigente, dentro das normas do sistema orçamentário financeiro, SOF. Quanto ao uso dos recursos do FEMA para os serviços de manejo e conservação, a CAV não identifica óbice em sua utilização com base em parecer da Procuradoria Geral do Município. São Paulo, 18 de outubro de 2013. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Dona Cecília.

Cons. Cecília: Cecília. Rubens, acho que só poderia ser feita essa correção aí, de digitação.

Secretário Executivo Rubens Borges: Isso, com certeza, será feito.

Cons. Cecília: Ali em cima também.

Secretário Executivo Rubens Borges: Esquecemos uns Ss aqui.

Cons. Cecília: É. Conservação do Parque Anhanguera.

Secretário Executivo Rubens Borges: Não dos Parques. Isso a gente vai providenciar, com certeza. Então vamos à votação. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então, está aprovada por unanimidade. O próximo item da pauta é apreciação e deliberação sobre implantação do Parque Linear Oratório. Processo número 2012.0.007.834-5.

Cons. Cecília: Sobre isso, Rubens, eu tenho uma dúvida aqui. Por que foram escolhidos esses dois, por exemplo, e não foi escolhido o Água Podre, que está tão carente dessa implantação?

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, na verdade, assim. Nós recebemos uma demanda. Eu não acompanho o projeto da implantação de todos os parques. Então às vezes, ele demora um pouco mais para chegar, porque tem alguma observação no projeto, ou alguma alteração, ou às vezes, a regularização fundiária, que precisa ser analisada pelo DEPLAN. Então nós não temos o controle da chegada dos processos. À medida que eles vão chegando, a gente vai analisando e submetendo ao CONFEMA. Então eu precisaria localizar o processo do Água Podre, saber em que estágio está o projeto de implantação, para poder dar esse retorno para a senhora. Mas eu não tenho o controle de todos os projetos da Secretaria. A gente só recebe a demanda.

Cons. Cecília: Entendi. E seria possível isso para a próxima reunião, algum retorno a respeito desse...

Secretário Executivo Rubens Borges: Avaliar o da Água Podre? Ah, sim. A gente pode ver com o DEPLAN, a gente até tem uma representante aqui do DEPLAN, que faz parte da comissão. Então se a Marcela puder já anotar, e aí a gente traz para a próxima. Então está anotado.

Cons. Cecília: Agradecida.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos lá. A proposta é de contratação de serviços de obra, objetivando a implantação do Parque Linear Oratório. Processo 2012.0.007.834-5. Proponente, SVMA-DEPAVE. Valor: R\$ 40.764,37. Trata a presente proposta de deliberação de recursos do FEMA para implantação do Parque Linear Oratório. A Secretaria de Infraestrutura Urbana, SIURB, responsável pela obra, firmou contrato registrado sob número 109/SIURB/2012, com aditamento que prevê prorrogação de prazo contratual por mais 90 dias, contados a partir de 1º de abril de 2013, conforme termo de aditamento número 002/109/SIURB/12/2013 juntado sob folhas 1918 e 1919. Análise econômica: o valor solicitado para conclusão da obra, segundo manifestação de DAF G, de folha 1939, implica no montante de 40 mil reais. No entanto, o valor solicitado por SIURB implica em R\$ 40.764,37, conforme correspondência eletrônica, juntada sob folhas 1940 e 1941. A presente proposta origina-se da necessidade de liquidação de medição prevista para o mês de julho de 2013, relativa à obra de implantação do Parque Linear Oratório. O Departamento de Administração e Finanças, DAF G, encaminha o presente processo ao DPP, para apreciação e deliberação do CONFEMA, juntando-se, sob folhas 1937, cópia da solicitação de abertura de crédito adicional suplementar para fazer frente às despesas da presente proposta. O enquadramento se repete nas resoluções CONAMA, CADES, e na legislação do FEMA. E a conclusão, com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes do SISNAMA, e as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização de recursos do FEMA. Destaca-se ainda que o valor efetivamente solicitado é de R\$ 40.7764,37, ficando condicionado à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da

proposta em referência. São Paulo, 24 de outubro de 2013. Assina a Comissão Técnica de Avaliação. Podemos ir à votação então? Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta, permaneçam como estão. Então está aprovada por unanimidade. E o último ponto da pauta é apreciação e deliberação sobre implantação do Parque Linear Feitiço da Vila. O processo é o 2008.0.254.790-3. Proponente é a SVMA-DEPAVE. Valor da implantação - R\$ 2.170.029,63. Trata a presente proposta de liberação de recursos do FEMA para implantação do Parque Linear Feitiço da Vila e Moinho da Velha. A Secretaria de Infraestrutura Urbana, SIURB, responsável pela obra, firmou contrato registrado sob número 129/SIURB/2012, cujo vencimento era previsto para 22/10/2013. Conforme despacho de folha 2647, o contrato foi suspenso pelo prazo de 120 dias, para efetivação dos recursos orçamentários e financeiros. Conforme manifestação da Assessoria Jurídica de SIURB, de folha 2645, a suspensão do contrato possui efeito de prorrogação de prazo, uma vez que havendo disponibilidade de recursos, a obra poderá ser retomada. Análise econômica e orçamentária da proposta: o valor solicitado para conclusão da obra, segundo manifestação de DAF G, folha 2652, implica no montante de R\$ 2.170.029,63. A presente proposta origina-se da necessidade de conclusão da obra de implantação do Parque. O Departamento de Administração e Finanças, DAF G, encaminha o presente processo ao DPP, para apreciação e deliberação do CONFEMA, juntando-se, sob folhas 2650, cópia da solicitação de abertura de crédito adicional suplementar, para fazer frente às despesas da presente proposta. O enquadramento das diretrizes se repete. E a conclusão da comissão: com base no exposto no presente relatório, a CAV considera que a proposta atende as diretrizes do SISNAMA, e as diretrizes anuais estabelecidas para o exercício de 2013, aprovada pelo CADES, que trata da utilização dos recursos do FEMA. Destaca-se ainda que a contratação fica condicionada à aprovação da solicitação de crédito adicional suplementar. Sendo assim, a CAV não identifica óbice para prosseguimento da proposta em referência. São Paulo, 24 de outubro de 2013. Pois não, dona Cecília?

Cons. Cecília: Pelo jeito, é eu e o Alexandre aqui, que...

Secretário Executivo Rubens Borges: Talvez seja a mesma dúvida.

Cons. Cecília: Rubens, nesse caso aqui, eu fiquei sem entender no que vai ser utilizado esses dois milhões. Se é para galerias, se é para construção de sede. Porque dois milhões já é uma quantia grandinha. Razoável. E eu achei que esse relatório aqui, esse parecer, ele não fala nada sobre isso. Por que está faltando, por que precisou... Ele não dá justificativa nenhuma. Eu acho que poderia ser um...

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, assim. Houve uma suspensão do contrato por falta de recursos. Então foi suspenso por 120 dias, para efetivação dos recursos orçamentários. Que a SIURB não tinha mais recursos disponíveis.

Cons. Cecília: Então, mas foi uma suspensão... por que motivo que os recursos previstos para a obra toda, elas... porque veja, eles teriam que dizer: surgiu uma cratera tal, algum imprevisto, tem que justificar. Eu acho que dar um relatório assim, para eu aprovar, eu não... Eu fico assim... Eu gostaria, se você soubesse, por que esses recursos não foram suficientes? O que aconteceu aí, no meio, que imprevisto aconteceu?

Secretário Executivo Rubens Borges: Assim como a Secretaria do Verde, todas as Secretarias tiveram contingenciamento, ou seja, um corte do orçamento, por conta daquilo que a Bianca tinha falado, da previsão de arrecadação. Quando a gente faz o orçamento, a gente faz com uma previsão do que vai entrar de dinheiro. E nem sempre isso se concretiza. Então às vezes, as secretarias, elas têm que passar por um contingenciamento. Houve corte, assim como para nós também, houve corte para a SIURB, e aí as obras foram suspensas, porque não havia recurso disponível para dar continuidade. E para concluir as obras do Parque, ficou faltando esses R\$ 2.170.000,00. Aí, essa suspensão, ela tem um efeito jurídico de prorrogação, segundo a manifestação da Assessoria Jurídica da SIURB. Então, ele está prorrogado. E assim que a gente tiver o recurso disponível, aí retoma a implantação do parque. Os dados, eles estão todos disponíveis. O processo está aqui. A gente pode até consultar com maior profundidade. Mas o que aconteceu foi isso. Foi um contingenciamento, e aí faltou recurso para o término da obra.

Cons. Cecília: Mas então eu pediria para quem faz essa avaliação, escrever isso. Que houve um contingenciamento do orçamento de SIURB. É necessário que isso apareça aqui. Porque isso que é a justificativa. Tem que aparecer alguma coisa. Você não acha? Eu achei esse relatório aqui bem...

Secretário Executivo Rubens Borges: O que a gente pode fazer para não interromper a votação, uma vez explicado e o processo está aí. Se vocês quiserem consultar, se vocês concordarem, a gente faz a votação agora, com a recomendação de que haja uma complementação, um adendo, justificando o relatório. Aí a gente reúne novamente a Comissão que avaliou, para fazer essa observação e junta no processo esse relatório.

Cons. Cecília: Porque dois milhões é um valor significativo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Relativamente alto.

Cons. Cecília: E aí poderia explicar. Não sei, quanto mais isso ficar claro, para onde foi, e isso, que tirou daqui, mas foi para lá. Faltou aqui... Parou. Eu acho que eu gostaria que fosse feito isso.

Secretário Executivo Rubens Borges: Certo. Alexandre.

Cons. Alexandre: Só uma dúvida: quando que dava para ser concluída?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não sei te dizer. Essa informação eu teria que ver no processo. A gente tem o processo aqui. Se vocês quiserem consultar o processo, a gente dá uma paradinha. Consulta. Retoma.

Cons. Alexandre: Se for possível. Porque eu também fiquei com outra dúvida. Já foi solicitado recurso do FEMA, ou essa obra estava sendo executada com dotação própria da SIURB...

Secretário Executivo Rubens Borges: Com dotação própria da SIURB. E aí, como houve o contingenciamento, se a obra para e fica abandonada a obra, a gente fica sujeito a

invasões, depredação, e tal. Então a preocupação é concluir a obra para colocar o Parque, efetivamente, à disposição da comunidade.

Cons. Alexandre: Concordo com a Cecília. Mas talvez pudesse estar mais claro isso. Porque eu não consegui chegar mais cedo para ver os processos. Então, só com a leitura do parecer, eu não consegui entender essas questões.

Secretário Executivo Rubens Borges: A gente pode trazer o arquiteto, aqui.

Cons. Alexandre: Sempre que nós tivemos valores desse montante, chamar... como já pedimos, quando se trata de implantação de parque. Chamar o (incompreensível).

Secretário Executivo Rubens Borges: Normalmente, a gente conta com a presença do diretor do DEPAVE. Mas hoje, ele teve que dar uma saída, mas se ele não estiver, a gente traz o arquiteto. Enquanto isso, a gente toma uma água.

Cons. Cecília: Bom, não sei se agora é o momento, mas já que a gente deu essa paradinha, eu queria perguntar aqui uma coisa. Rubens, você lembra quando foi para aprovar aquele orçamento para a Conferência Municipal do Meio Ambiente, que eu achei os valores, o relatório... Foi muito ruim, assim. Eu fiquei com um sentimento muito ruim com relação a...

Secretário Executivo Rubens Borges: Eu lembro disso.

Cons. Cecília: Eu até não fui favorável, mas era véspera. Era uma coisa muito... E você até falou: Não, mas se acontecer de não ter... Porque o que eu soube, a Conferência Municipal de Cultura, que tem um movimento bastante grande assim, anterior ao meio ambiente, houve 600 pessoas presentes, lá no Memorial, no Anhembi, não sei. E na de Meio Ambiente aquela previsão era para 2.550 pessoas. E aí, o que você me convenceu é: se não for necessário, não será utilizado todo esse dinheiro. Haverá um acompanhamento, tal. Eu quero te perguntar, é possível a gente colocar para a pauta da próxima reunião uma prestação de contas, de quantas foram as pessoas presentes na Conferência Municipal, é possível?

Secretário Executivo Rubens Borges: É possível. A gente pode solicitar para a AMLURB, que organizou o evento, que eles nos passem esses números. Tanto de frequência, dos resultados efetivos dessa reunião. Uma prestação de contas. E a gente pode até pedir que venha um representante da AMLURB aqui, porque eventualmente surge alguma dúvida que a gente não tenha a informação, e aí a gente pode convidar um membro da AMLURB para estar fazendo isso.

Cons. Cecília: Eu gostaria muito de saber, porque afinal, foi um recurso que saiu do FEMA, e eu acho que a gente precisa...

(fala sem microfone)

Cons. Cecília: É. Qual o resultado também. Uma avaliação até de CAV ou não. O que vocês acham?

Secretário Executivo Rubens Borges: É. O que eu soube informalmente é que...

Cons. Cecília: Uma avaliação, se foi proveitoso, até que ponto... aonde... Não é interessante?

Secretário Executivo Rubens Borges: O que eu soube informalmente é de que foi um sucesso o evento, no que se refere aos resultados, às propostas, com relação à política municipal de resíduos sólidos, as propostas que serão levadas para Brasília, para fazer parte da política nacional, então eu sei que teve resultados efetivos. Não sei detalhar quais foram, mas pelo menos a informação que nós chegou é de que foi uma boa conferência. Trazendo um membro de lá, da AMLURB, talvez ele possa trazer mais elementos que possam reforçar esse conceito.

Cons. Cecília: Bem cabível, porque senão a gente fica aprovando recurso e nem vê o resultado. Acho que a gente merece...

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Quando é uma obra para um parque, a gente tem como ver. O Parque está lá, e a gente consegue avaliar. Mas quando é um evento desse tipo, eu concordo com a senhora que é bom que tenhamos o retorno.

Cons. Cecília: Que poderíamos ter algum... Acho que até valoriza o próprio evento.

Secretário Executivo Rubens Borges: Exato.

Cons. Cecília: E também, eu não sei se você reparou. Está tendo o Encontro Estadual.

Secretário Executivo Rubens Borges: Que é o que vai levar proposta, também, para a Nacional.

Cons. Cecília: E eu vi algumas... Ele não fica só em cima dos resíduos sólidos. Você viu a Conferência Estadual? Ela não fica só sobre esse tema. Então houve ali, outros... Mas está bom. Eu agradeço. A gente coloca na pauta?

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Dona Cecília...

Secretário Executivo Rubens Borges: É. Quando eu mandar a convocação, já vai como item de pauta.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Dona Cecília, só esperando o outro conselheiro chegar. A arquiteta que está acompanhando o processo... O doutor Walter vai falar aqui.

Walter: Deixa eu explicar o do Feitiço da Vila, o que aconteceu. Esse recurso que nós estamos solicitando aqui, era do FUNDURB. Então em uma negociação nossa com a Secretaria de Finanças e Planejamento, nós abrimos mão desse valor do FUNDURB, para eles não darem 19 milhões no FEMA. Então nós trocamos... quanto que é? Dois milhões e pouco, não é isso? Trocamos dois cento e pouco por 19 do FEMA. Eles precisavam desse dinheiro do FUNDURB. E nós passamos do dinheiro do FUNDURB, para a SEMPLA disponibilizar em outro local que precisava. E nós, na troca, recebemos

19 milhões, aonde nós estamos fazendo tudo isso. Então nós precisamos trocar isso e colocar agora, o dinheiro do FEMA, para terminar essa obra. Esse Parque.

Cons. Cecília: Me desculpa. Eu não entendi muito bem. Perdão. Era 2, depois virou 19. Perdão.

Cons. Walter: É simples. É assim: Secretaria de Finanças e SEMPLA, estava precisando de dinheiro do FUNDURB para fazer alguns projetos do governo. Quem estava... e a gente estava fazendo a disponibilização desse dinheiro muito devagar, nós abrimos mão desse dinheiro do FUNDURB. Eles pediram para nós: olha, dá para você abrir mão desse dinheiro?

Cons. Cecília: Que seria utilizado para...

Cons. Walter: Para fazer a execução do Parque.

Cons. Cecília: Entendi.

Cons. Walter: Nós abrimos mão... Foi assim: em contrapartida, além de te devolver 2 milhões e cem do FEMA, que você pode colocar essa criação do Parque dentro desse contrato... Ao invés de eu te dar 2 e pouco, eu te dou 19. Que é onde a gente está fazendo toda aquela programação, aonde nós conseguimos aqueles recursos, de fazer a reforma em 22 parques, que já foi, inclusive, aprovado aqui. Por FEMA.

Cons. Cecília: Então saiu do FUNDURB e entrou para o FEMA?

Cons. Walter: 2 milhões. Entrou para o FEMA. Isso. Entendeu? Então nós estamos recebendo dinheiro: 19 milhões do FEMA. Que inclusive, a gente já pediu. Só que só liberam esses 19 se a gente liberar esse dinheiro do FUNDURB. Entendeu? Foi uma troca que nós fizemos. Então todos aqueles processos que a senhora aprovou aqui, todo mundo aprovou do FEMA, são 22 processos de reforma, está dentro daqueles 19 que a gente conseguiu esse recurso. Porque nós não tínhamos, na época. Inclusive, é uma suplementação do FEMA.

Cons. Cecília: Espera um pouquinho. Como é que a gente não tinha se a gente tinha? Como é que a gente não tinha?

Cons. Walter: É assim. Porque nós estamos recebendo agora, do FEMA, uma suplementação desses 19. Nós não tínhamos esses 19. Eles estão suplementando para nós.

Cons. Cecília: Mas espera um pouquinho. A gente...

Cons. Walter: Tinha no saldo lá, entendeu? Não era no financeiro.

Cons. Cecília: Tinha cento e... Olha, o ano passado, a gente terminou com 120...

Secretário Executivo Rubens Borges: Deixa eu só fazer uma interferência. Talvez eu consiga clarear um pouco melhor. É assim...

Cons. Cecília: Será que é da Secretaria, e não do... FEMA?

Cons. Walter: Não, não, não, não.

Cons. Cecília: Porque espera um pouquinho. Vamos só ver se eu estou certa aqui. A gente terminou 2012 com 124 milhões em caixa. E ainda podia até ter algumas coisas a mais. E a gente tinha um orçamento de 80 e poucos para 2013. Ou seja, a gente tinha um excedente de aproximadamente, 40 milhões.

Secretário Executivo Rubens Borges: Certo.

Cons. Cecília: Isso eu estou certa.

Secretário Executivo Rubens Borges: Isso.

Cons. Cecília: Então, a gente... Não é que a gente não tinha. A gente tinha. Tanto é que agora, pelo que eu estou entendendo, até...

Secretário Executivo Rubens Borges: Então, deixa eu só explicar... É exatamente isso que acontece, dona Cecília.

Cons. Cecília: Ainda sobrou um pouco mais. Pelo que eu estou entendendo. Agora a gente vai terminar 2013 com 179 milhões no Fundo FEMA.

Secretário Executivo Rubens Borges: Isso.

Cons. Cecília: Então, com certeza, a gente, em nenhum momento, a gente ficou sem dinheiro no fundo FEMA para fazer qualquer coisa.

Secretário Executivo Rubens Borges: Mas uma coisa é... Eu vou tentar ser didático. É assim: uma coisa é o recurso orçamentário, e outra coisa é o recurso financeiro. Orçamentariamente, nós tínhamos 80 milhões. Para gastar ao longo do ano. Financeiramente, nós tínhamos já, 124, quando terminou o ano. E hoje temos um pouco mais do que isso. Um pouco não. Bastante. Bem mais do que isso. Então, o que acontece? Para que nós utilizemos, além daqueles 80 milhões, a gente tem que pedir para a SEMPLA, uma suplementação de recursos. Ou seja, eu gastei os 80, ou até próximo dos 80, e eu preciso de mais 20 milhões, que era o que a gente precisava para aprovar o manejo dos parques, então nós pedimos lá, 19 milhões, cento e poucos mil. Não lembro exatamente o valor, mas era perto de 20 milhões. Então, o que aconteceu? A SEMPLA colocou a seguinte condição: ela falou olha, a prefeitura precisa de recursos do FUNDURB. Dois milhões do FUNDURB para uma outra obra, que eu não sei qual é. E o que eles falaram? Como a gente está disponibilizando mais 19 milhões que vocês pediram de suplementação, então a gente faz uma troca: vocês me liberam, do FUNDURB, esses dois milhões, e eu libero para vocês, junto com os 19... autorizo os 19 milhões que vocês estão pedindo. E aí, é lógico. Esses dois milhões vão ter que sair desses 19 que eles estão mandando para a gente. Por isso que foi suspensa a obra, lá, de SIURB, que estava utilizando recursos do FUNDURB, e está sendo solicitado para o FEMA. Porque esse dinheiro foi transferido... Foi liberado para o FEMA.

Cons. Cecília: E deixa eu só te perguntar mais uma coisa: se a gente tinha 124, e na verdade a gente queria usar 19 para essa manutenção aí, dos Parques que não estavam no nosso orçamento de 2013, e a gente já tinha esse dinheiro na conta do banco, assim, efetivamente, eu só queria entender uma coisa: por que a gente tinha que pedir à SEMPLA?

Secretário Executivo Rubens Borges: Porque o recurso orçamentário, ele é aprovado por lei. Então, foi aprovado 80 milhões de reais para 2013. Eu só posso gastar os 80 milhões, que é o que está previsto na lei. Se eu quiser gastar um pouco mais dos 80, se eu, eventualmente, precisar, eu tenho que solicitar à SEMPLA. Que quando é aprovado o orçamento, é aprovado um percentual que é chamado de margem orçamentária, que é um valor do orçamento que o prefeito pode remanejar via decreto. Então, quando a gente pede uma suplementação para a SEMPLA, que eu estou gastando, além dos 80 milhões que foi aprovado por lei, eu estou mexendo nessa margem orçamentária. Nesse percentual, que é um percentual pequeno, mas que a gente está comprometendo esse percentual. Então, esses 20 milhões que estão sendo solicitados é esse remanejamento que o prefeito pode fazer, via decreto. Então nós solicitamos para a SEMPLA, SEMPLA faz uma análise, e se houver possibilidade, se a gente tiver dentro daquela margem percentual aprovada por lei, aí sai um decreto autorizando essa diferença. Então, por isso que os relatórios falam que quando é pedida a suplementação de recurso, o CONFEMA aprova, mas deve ser respeitada a liberação da suplementação. Ou seja, tem que sair o decreto do prefeito, autorizando esses 19 milhões. Então, o que foi feito, que o doutor Walter está colocando, é que foi solicitado esses 2 milhões para nós. Em contrapartida, vai estar, naqueles 19 milhões, a liberação desses 2, para fazer essa obra. Não sei se ficou claro.

Cons. Cecília: É. Eu entendi. Eu até achei ótimo, porque no final então esses 19 nem saíram do nosso fundo, mesmo.

Secretário Executivo Rubens Borges: Eles vão sair financeiramente, mas é assim, vai ser... além daqueles 80 milhões que nós tínhamos.

Cons. Cecília: Só vai sair os 2 milhões, agora.

Secretário Executivo Rubens Borges: E todos aqueles que nós aprovamos, condicionadas à suplementação.

Cons. Cecília: Ah, não foi dinheiro...

Secretário Executivo Rubens Borges: Na verdade, houve uma troca, só.

Cons. Cecília: A autorização. Gente... Agora eu quero perguntar uma coisa grave: nós estamos lá com um dinheiro que está aumentando. E a gente tem muitas demandas aí. E eu pergunto assim: quer dizer que se a gente não estiver naquela porcentagem que você falou, que dá para...

Secretário Executivo Rubens Borges: A margem orçamentária.

Cons. Cecília: Margem. Se a gente não estiver nessa margem orçamentária, a gente não poderá usar esse dinheiro que já está na nossa conta, e que cada vez vai ficar maior?

Secretário Executivo Rubens Borges: Essa margem orçamentária, ela vale para toda a prefeitura. Então quando a Secretaria de Educação, a da Saúde, se alguém pedir mais dinheiro do que o que está previsto no orçamento, vai comprometer esse percentual. Da margem orçamentária.

Orador não identificado: Então, mas nesse caso o que aconteceu? Eles até ajudaram a gente. Isso eles movimentam o chamado superávit da prefeitura. Então, por exemplo, no orçamento de 2014, a nossa previsão era 118. Da gente trabalhar em 2014. Para já não ter esse problema do ano que vem a gente chegar e querer mexer no superávit que pode ter ou pode não ter, o que eles fizeram? Eles colocaram para o FEMA, o ano que vem, 178. Então ele, já, o ano que vem, não vai ser 80. Vai ser já, 178 milhões, entendeu? Para a gente não correr o risco de ficar solicitando, de precisar... A gente tem que fazer alguma... Um serviço, ou uma desapropriação. Então eles já colocaram, para o ano que vem, 178 e não os 80. Para a gente não mexer no superávit da prefeitura.

Cons. Cecília: Ah, perfeito. Respondeu a minha questão, que eu acho que está certo, isso daí.

Cons. Alexandre: Uma dúvida: essa previsão orçamentária do FEMA, não da dotação própria da Secretaria, isso também é estabelecido na LOA? Ou é à parte?

Secretário Executivo Rubens Borges: Não. A previsão de despesas?

Cons. Alexandre: É.

Secretário Executivo Rubens Borges: Também é previsto na LOA. A gente segue a lei orçamentária. Por isso que eu falei: orçamentariamente, nós tivemos aprovado, 80 milhões para este ano. Tudo que a gente quiser gastar a mais, a gente vai estar comprometendo esse percentual, que é o único percentual que o prefeito tem de mobilidade para poder atender algo que seja de interesse da comunidade, da prefeitura como um todo.

Cons. Alexandre: Sim. Mas então, só para ver se eu entendi mesmo. Na lei orçamentária anual, eu vou ter lá, o orçamento da Secretaria do Verde, e com as dotações específicas, assim como o orçamento do FEMA, a despesa do FEMA, com as dotações específicas também.

Secretário Executivo Rubens Borges: Exatamente. E a gente só pode gastar até aquilo que a lei prevê.

Cons. Cecília: É. Agora me surgiu uma outra pergunta, Walter. Que é o seguinte: a gente não teria que ter um orçamento nosso, de... no que que a gente vai gastar esses R\$179.000,00?

Jairo: Vai ser apresentado. Que dia que é? Quando que vai ser? Não. Já está na Câmara, só precisa ver qual que é a data da audiência pública.

Cons. Walter: Não. É o que vai ser gasto dentro da Secretaria. É isso que a senhora quer saber. Aonde nós vamos gastar esse dinheiro? Aqui dentro?

Cons. Cecília: O do FEMA, eu falo. O do FEMA porque eu estou achando um pouquinho estranho que já tenha um orçamento do FEMA, e nós Conselheiros...

Cons. Walter: Nós estamos preparando todos os processos para colocar aqui na...

Cons. Cecília: Agora, eu acho... Eu gostaria porque a gente vai recebendo as coisas muito prontas. A gente chega aqui em quatro horas, uma vez por mês, aí a gente pega um relatório, assim... Mas eu acho que a gente poderia dar sugestões. Poderia ter uma prévia, uma... não sei. Como se fala essas reuniões que foram feitas? É. Nem precisa ser, talvez, uma audiência pública. Mas eu acho que deveria ser um processo um pouco transparente. De quais os processos, como é que a gente quer gastar esse dinheiro. Porque senão, vai chegar aí uma coisa meio pronta. E a gente fica meio amarrada...

Secretário Executivo Rubens Borges: Algumas coisas, dona Cecília, a gente tem como prever. Por exemplo, a gente tem previsto o lançamento do edital número 10, do edital número 11. Então a gente trabalha e a gente tem mais ou menos uma ideia de como isso vai acontecer ao longo do ano. Outras coisas são demandas que surgem ao longo do ano. Então por exemplo, desapropriações. Cada processo de desapropriação tem todo um trabalho de levantamento fundiário, de verificar documentação, planta, etc. Então a gente não tem como prever se vai entrar naquele ano ou no ano seguinte. Então, o que a gente faz? No caso das desapropriações, estipula-se um valor para desapropriações, e à medida que vão chegando, vai sendo submetido ao CONFEMA. Agora, nós não temos como prever quais as desapropriações. Eu posso colocar uma relação de propostas de desapropriações, e de repente, nenhuma delas acontecer. E outras que o projeto andou mais rápido, acabam entrando na pauta do CONFEMA. Então algumas coisas, dá para a gente prever. Os editais... Agora, esses contratos. Então dá para a gente prever para o ano que vem, após a aprovação do orçamento, quais os contratos que poderão ser arcados com recursos da Secretaria, quais vão precisar de recursos do FEMA, aí dá para a gente fazer. Mas outras coisas a gente não tem como, porque é uma demanda constante. A gente faz uma previsão orçamentária de um valor. Mas eu não tenho, especificamente, quais desapropriações, ou quais os projetos que vão chegar.

Cons. Walter: É o seguinte, eu vou prometer para a senhora o seguinte: nós vamos apresentar tudo o que nós vamos gastar o ano que vem, na penúltima reunião que nós vamos fazer, em dezembro. Eu vou apresentar com uns 10 dias de antecedência, eu mando para todo o mundo, o que nós vamos gastar durante o ano de 2014. A previsão.

Cons. Cecília: Certo. Mas só que eu queria discutir com vocês, o seguinte: porque uma coisa é a gente ler ali, os documentos. Eu gostaria de propor, talvez até uma extraordinária, ou não, não sei... Porque uma coisa é a gente dialogar, o outro explicar, a gente poder contra argumentar. Eu acho que... Porque uma coisa é assim, Walter.

Você só me manda por e-mail, eu só leio aquilo ali, eu acho que fica um pouquinho frio. Eu gostaria de propor que...

Cons. Walter: Nós vamos fazer assim, nós vamos mandar para... Como eu estou falando: mandar uns 10 dias antes, aquilo que a senhora tiver dúvida, e o que a senhora achar que tem que discutir, a senhora vem até aqui, e a gente conversa junto com todo mundo.

Cons. Cecília: É. Porque eu acho que discutir no Conselho...

Cons. Walter: Ou individualmente, ou no Conselho como um todo.

Cons. Cecília: Porque eu acho esse espaço do Conselho é que eu acho o valor. Que eu acho que é um espaço que a gente pode trocar ideias, que a gente pode aprender. Uma coisa é eu sozinha na tua sala, discutindo alguma coisa.

Cons. Walter: Não. Tudo bem.

Cons. Cecília: Outra coisa é eu do lado do Alexandre, que tem outras ideias. Ou do lado... Eu acho que o espaço do Conselho é um espaço interessante.

Cons. Walter: Fica aberto. O que a senhora achar melhor, nós vamos fazer. Se tiver que discutir, vamos marcar uma conversa. Não tem problema.

Orador não identificado: Volta. Só que eu acho... A gente já tinha conversado aqui. Você não estava aqui na reunião. Estava... em outras atividades. Da gente ter a apresentação já da LOA, da propos... óbvio que não aprovada, ainda. Mas da proposta da LOA, já na próxima reunião. Porque ela já foi... pelo que eu entendi, já foi estruturada por vocês, enviada, e está em votação, na Câmara, correto? Então a gente gostaria de saber o que está sendo votado. Qual que já foi a proposta inicial, e parece que seria importante a gente ter participado dessa etapa pelo menos, no tocante ao FEMA. E não fomos. O que está sendo votado lá, em relação ao FEMA, dentro do que eu entendi, não nos foi consultado. Correto? Então a gente gostaria de saber o que está sendo votado e aí, tendo sido aprovado, ou não, na Câmara, aí é uma segunda etapa. O que foi aprovado, como vamos executar. Mas eu acho que já passou por cima de uma parte do processo, me parece.

Walter: É. A gente pode trazer... Eu não sei se o Jairo...

Jairo: Se pode trazer a nossa proposta...

Walter: Nossa proposta. Não significa que aquilo vai ser aprovado.

Walter: A proposta que foi feita, de SEMPLA, de Secretaria de Finanças para a Câmara... Daí a gente faz. Eu estou tentando ver o que está... como a gente tem a facilidade junto com o Secretário, que ele é um ex-vereador, é vereador (incompreensível), então a gente está tentando conversar com os vereadores, para ver se melhora. Porque baixou bastante a nossa proposta, que foi para a Câmara. Baixou muito. Muito.

Cons. Cecília: Mas você vê, Walter. A hora que a gente poderia até estar fortalecendo isso. Ajudando isso, no instante que isso é também a nossa. E eu acho assim, que não adianta vir esse... Dizer das assemb... Como se fala, audiências públicas e participativas, e esse próprio espaço de Conselho não é propriamente utilizado. Eu acho que temos que valorizar cada vez mais essas... isso daqui. Eu, como Conselheira, eu faço as palavras do Alexandre, minhas. Eu acho que antes de ser encaminhada alguma coisa à Câmara, que tem a ver com o FEMA, temos que...

Walter: Então. Não somos nós que caminhamos para a Câmara Municipal. A SEMPLA, e aí eles lá fazem uma análise.

Cons. Cecília: Então eu vou colocar diferente: mesmo para encaminhar à SEMPLA, tem que ter a nossa aprovação. Não pode encaminhar à SEMPLA, uma coisa que eu nem estou sabendo. Isso não está certo, gente. Vai encaminhar à SEMPLA, diz respeito ao Conselho, é necessário... A não ser que a gente se negue...

Walter: Olha, acho que a gente possa fazer depois. Porque assim... eu não sabia, e não sei se teria que a gente colocar. Eu acho que o ideal é a gente discutir, conversar, que até facilita mais.

Secret. Exec. Rubens: É. Esse seria um procedimento novo do Conselho. Nós não temos registro da existência desse procedimento no funcionamento do FEMA, nós nunca tivemos isso. Mas é uma proposta.

Walter: Mas eu acho que é muito bom. É muito bom, porque fortalece, até, a Secretaria do Verde. Eu acho que é ótimo fazer isso. Eu acho que até para o próximo orçamento, a gente já define que vai ser assim...

Orador não identificado: Para o próximo orçamento. (incompreensível) definir as datas, e...

Walter: E agora a gente viu que consegue fazer. Vamos ver o que a gente consegue fazer melhor.

Cons. Alexandre: Mesmo que seja um procedimento novo. Até porque para nós também é novo. Estamos aprendendo. Mas a gente está sentindo a necessidade disso. Porque na medida em que depois que a gente percebe, no andar da carruagem, aí, da execução orçamentária, que falta orçamento para isso, ou para aquilo outro, e isso vai ter que sair do fundo, então nós, pelo menos, participamos do processo de pedido, digamos assim, de proposta de orçamento, e na medida em que a gente tem conhecimento desses passos, a gente tem consciência do porquê que nós estamos aprovando ou deixando de aprovar o recurso do fundo.

Walter: É ótimo, porque até evita depois, que você já tem consciência das dificuldades, ótimo. Nós vamos fazer... Para o próximo, eu prometo que nós vamos fazer a participação juntos. Vamos fazer juntos. Nesse aqui nós vamos tentar mostrar o andamento e como está. Vamos mostrar tudo. Não há porquê... É público, inclusive. Esses orçamentos que a gente fez, e está na Câmara. A gente vai encaminhar, vamos mostrar... É até bom, dona, ter o pessoal do nosso lado, para poder ajudar. Ótimo.

Cons. Cecília: E discutir. E discutir na próxima. Já fica como uma proposta de pauta.

Walter: Para 2014 a gente já estabelece aqui que nós vamos discutir junto com o Conselho...

Secretário Executivo Rubens Borges: Até porquê, esse Conselho, ele é recém-constituído. Os próximos dois anos, vocês estarão aqui. Dá para acompanhar. Então... É. O pessoal foi eleito agora em junho. Então junho de 2014, até 2015 dá para participar das discussões.

Walter: Isso também não importa. Se tiver 2014, 2014 nós estamos aqui ainda, vamos fazendo. (incompreensível) para o próximo, nós vamos fazer juntos. E nesse que a gente mandou, nós vamos reunir a documentação toda, do que foi, na situação que está...

Orador não identificado: E apresenta na próxima reunião.

Cons. Walter: O que nós fizemos. O que foi de SEMPLA para lá. E aí nós encaminhamos para todo mundo. A gente pode discutir informalmente. Acabou os trabalhos, a gente pode pegar algumas dúvidas, tentar conversar, não tem problema. Estamos abertos.

Secretário Executivo Rubens Borges: Com relação à proposta, vamos retomar então a proposta. A votação. É. Do Feitiço da Vila. Eu não sei se o doutor Walter conseguiu esclarecer a dúvida com relação ao recurso.

Nilton Persoli: Sim. Nós precisamos desesperadamente desse dinheiro para dar continuidade no Parque, até porquê a população lá já está querendo pegar a gente de pau.

Mirtes: Sou Mirtes. Sou engenharia de DEPAVE 1. Engenheira civil. Então este Parque, ele já estava em cogitação desde 96, 97, se não me falha a memória. Já tinha projeto, pronto, e enfim... E no final do ano passado, finalmente, o ex-Secretário sempre insistindo, querendo dar prioridade para este parque. Lá é uma área bastante... onde ele seria uma intervenção bastante agradável, importante, para a população local. E no final do ano passado, já foi feita uma apresentação para a população, do que seria o Parque. Eles gostaram. Eles são bastante participativos. E começamos as obras. E agora elas foram interrompidas por falta de verba. Nós suspendemos, até definir a questão da verba. Só que assim, ele foi interrompido assim, na metade do processo. Então por exemplo, tem uma escola de jardinagem, que ela está sendo feita. Foi feita a laje, mas não foi feito o telhado ainda. Então as chuvas estão deteriorando aquilo que já foi feito. Foi feita uma porção de movimento de terras para assentamento da... para fazer o passeio, para fazer os brinquedos... vai ter playground, tudo, só que eles não foram revestidos, protegidos, ainda, com grama. Então, todo esse tempo que vai passando, a gente vai perdendo serviço já feito. Entendeu? Então... acaba encarecendo mais a obra, dificultando. Quer dizer, é uma pena, porque é um parque bonito. E a população tem cobrado bastante.

Secretário Executivo Rubens Borges: Obrigado. Vamos à votação então? Então os Conselheiros... Diante das discussões, os Conselheiros que são...

Cons. Cecília: Rubens, só mais uma coisinha, só, que eu queria entender. Walter, por quê que teve que dar os dois mil, se a gente tinha 40 mil, e o FUNDURB não tinha? Ah, por causa daquele excedente ali, da porcentagem. Gente, fechou. Já entendi.

Secretário Executivo Rubens Borges: Então vamos lá. Os Conselheiros que são favoráveis à aprovação da presente proposta então, do Parque Linear Feitiço da Vila, e Moinho da Velho, permaneçam como estão. Então está aprovado por unanimidade. E aí a gente encerra a pauta do dia.

Cons. Alexandre: Só uma pergunta. É bem breve. A comunidade lá, os movimentos culturais da zona leste, de Itaquera, os fóruns articulados lá, estão bastante preocupados com a questão do planetário lá do Parque do Carmo. Que está sendo retomado, aos poucos, mas ainda está bem aquém do funcionamento. Eu não sei... Aí me perguntaram, como eu sou Conselheiro do CONFEMA, e eu não tenho essa informação, se poderia ser objeto do FEMA, algum projeto para suplementar o orçamento lá, que está bem aquém do necessário. Portanto, ele não está funcionando ainda, em 100% da carga, com todos os equipamentos. Nem de longe, próximo do que é o planetário do Ibirapuera.

Walter: Tem... É o seguinte: o que nós estamos fazendo? Realmente, está. Nós estamos com dificuldade. Nós estamos preparando uma licitação para poder operar tanto com o do Carmo, quanto com o do Ibirapuera, no seu máximo. Então, nós estamos contratando uma empresa. Por que o que dificulta? Pessoas especializadas para operar aquele equipamento. É assim, eu não quero jogar no ventilador, mas o que acontece? Compraram um equipamento tão bom, da Alemanha, que temos dificuldade de encontrar técnicos para operar, como se deve, os planetários, na sua plenitude. Dá para fazer o arroz com feijão, uma coisa... não tem problema. Então algumas coisas, a gente ajustou. Por exemplo, lá no planetário do Carmo, cobrava bilheteria para poder entrar. Nós já tiramos. É inadmissível. No Ibirapuera não cobrava. Então nós tiramos lá. Então é assim: é só dar um tempo... o Secretário acabou de colocar uma data, me cobra todos os dias. Todos os dias, isso. Ele quer que o planetário esteja em todos os lugares... dias 25 de janeiro. Ele quer dar para a cidade, de presente, os dois planetários. Mas não meia-boca. Entendeu? Realmente é um planetário tão bom, tão bom... É maravilhoso. Já fui lá assistir uma sessão, eu fui aprender a mexer. Qual era a dificuldade? A mesma coisa como o público não entende, eu não entendia porquê que a gente não conseguia. Então nós... Não tem jeito. A gente pesquisou. A gente já viu. Foi em alguns outros planetários. Nós temos que contratar uma empresa especializada para mexer. Porque o equipamento é tão bom, é tão sofisticado que não conseguimos colocar, implantar. Mas no dia 25 de janeiro, ou eu coloco o planetário para funcionar, ou eu estou exonerado. Foi o que ele falou. Ah, e SEMPLA vai dar o dinheiro para nós. Não é problema de recurso, não. Já vou cobrando aqui, porque...

Cons. Bianca: Não. E o lance do planetário é tão grave que se quebra, tem que vir alguém da Alemanha consertar. Então você imagina...

Walter: É. Isso é mais um óbice. Só para você ter uma ideia... Não. É nossa mesmo. É da fonte 00. Não é do FEMA. Só para você ter uma ideia, praticamente eles não estão funcionando. Nós vamos fazer uma manutenção, que é a... A corretiva. Não é nem que quebrou. É a preventiva. Desculpe. É a preventiva. Nós vamos gastar mais de 1 milhão de reais para arrumar o planetário. E é compra direta. Sem licitação, porque não tem. Quer dizer, aí você vê como é que ficam os funcionários aqui. Eu, o Secretário, os administradores públicos, comprar direto, sem licitação. Quer dizer, aí fica todo mundo já pulando. É a coisa complicada e difícil. Só que está aí. Nós não podemos jogar fora. Nós vamos ter que fazer isso. Então, mas dia 25 de janeiro... Pode falar para o pessoal, que está funcionando.

Cons. Cecília: Walter, queria aproveitar que você está aqui, posso fazer uma pergunta aqui para o Walter? É o seguinte: e aqueles recursos da Operação Urbana Faria Lima, que você iria... Que iríamos utilizar para a compra... desapropriação da Chácara da Fonte? Você ficou de...

Walter: Nós pedimos.

Cons. Cecília: Você me deve alguma resposta.

Walter: Ainda não foi aprovado. Então, nós pedimos. E até agora não foi aprovado. Eu até conversei com o Secretário, que no último caso, inclusive nós já estamos fazendo esse levantamento aqui, a gente pega e compra pelo FEMA.

Cons. Cecília: Está certo. Mas, de qualquer maneira, ali existem 500 milhões parados.

Cons. Walter: Nós já pedimos, já. É. Tem dinheiro, mas é assim...

Cons. Cecília: 500 milhões parados, e houve aquele prédio lá, que pagou não sei quantas Cepacs, que já comprovamos tudo isso... O dinheiro entrou no caixa, e...

Walter: Como a senhora falou, existem os 500 milhões, e como a prefeitura está com o caixa baixo, todo mundo está querendo. Então há uma briga, um braço de ferro, para ver para onde que vai esse recurso. O nosso pedido está lá. Só que até agora ainda não foi avaliado, e não foi aprovado.

Cons. Cecília: Eu sei. Mas então, a gente precisa reforçar esse pedido. Está lá, aonde? Nas reuniões da Operação Urbana?

Walter: Que eu, inclusive, faço parte.

Cons. Cecília: Foi formalizado?

Walter: Foi.

Cons. Cecília: Foi feito um ofício, formalizado?

Walter: O meu voto já é favorável. Dos dois... Eu já sou contra os dois. Está uma briga lá, entendeu?

Cons. Cecília: Então, porque...

Walter: Mas já está lá formalizado o nosso pedido, para poder fazer.

Cons. Cecília: Para poder usar esse recurso para...

Walter: Para poder fazer para a compra das (incompreensível).

Cons. Cecília: Desapropriação?

Walter: É. Eu conversei com o Secretário. Ele falou assim: na dificuldade, nós estamos andando aqui, paralelamente, levantando tudo, já... qualquer coisa a gente coloca...

Cons. Cecília: Maravilha.

Walter: No FEMA. Fazer o quê? FEMA, ele não é infinito, mas... vai ter que dar um jeito da gente arrumar isso aí.

Cons. Cecília: Está bom.

Walter: É uma judiação, mas... Aquilo lá é bonito. Muito bonito.

Cons. Cecília: Então... E sobre isso também, eu gostaria de jogar só uma questão, porque é uma dúvida que eu tenho: os demais conselheiros, não sei se eu estou perturbando, mas eu gostaria de saber, ali, nesse parque tem que ser uma parceria com a Secretaria de Cultura. Ele não pode... Porque ele é uma ZEPEC. E aí, precisamos pensar, porque essa intersecretarias é uma coisa difícil, na prefeitura de São Paulo. Aí a gente precisa pensar como que isso vai se efetivar.

Coordenador Luis Eduardo Damasceno: Bom, agradecemos a todos os Conselheiros e Conselheiras. Damos por encerrada a 84ª Reunião Plenária Ordinária do CONFEMA. 25 de outubro, ao 4 minutos para o meio-dia. Muito obrigado a todos.